

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Dezembro 1999 Nº 292 Preço 140\$00

- **Formação**  
Associados cegos frequentam curso de informática na Sede Nacional  
página 16
- **Novo livro**  
O nosso associado Alípio Alves publica "Uma Guerra, Duas Vidas"  
página 10

- **Pesca em Setúbal**  
As provas de Pesca Desportiva ganham mais adeptos com a Delegação de Setúbal  
página 6
- **Amnistia Internacional**  
Marcha de velas pela libertação de prisioneiros  
página 6



ADFA  
PORTE PAGO

**25 anos**  
**IV CONGRESSO**  
*A ADFA hoje... QUE FUTURO?*

página 7 e Suplemento

**Nova Legislação**  
**Pensões de Preço de Sangue e de Serviços Relevantes**  
páginas 13 e 16

**Entrevista**  
**Novo Departamento de Reabilitação na ADFA**

A terceira idade, o apoio aos associados mais isolados e a identificação dos vários problemas que afectam a massa associativa são, entre outras, as preocupações prioritárias que motivaram a criação deste novo serviço de apoio aos associados.

página 8

**Reunião Ordinária Conselho Nacional**

Continuar com uma intervenção activa na defesa dos interesses dos associados e da legislação, organizar o IV Congresso da ADFA, realizar as comemorações do 26º Aniversário em Faro e desenvolver a cooperação com os PALOP são alguns aspectos constantes do Plano de Actividades para o Ano 2000, aprovado na reunião ordinária do Conselho Nacional, efectuada na Sede Nacional, no passado dia 27 de Novembro.

página 9

## Suplemento

**25 Anos do ELO em Democracia**

# Presidente da República recebe ADFA



*A Direcção Nacional apresentou a generalidade das preocupações dos deficientes militares quer a nível de reivindicações legislativas quer a nível de reabilitação quer a nível de estruturas de apoio à terceira idade a Jorge Sampaio que manifestou o seu gosto em poder vir a estar presente no IV Congresso da ADFA, a realizar em Abril do próximo ano*

página 9



**Entrevista com o novo governo**

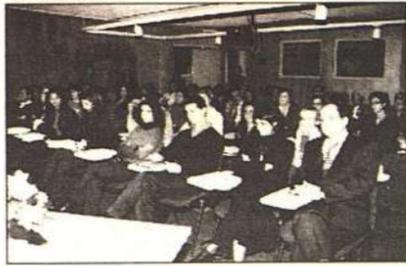
# ADFA expõe preocupações ao ministro da Defesa

*Júlio Castro Caldas manifestou abertura para as questões dos deficientes militares*

página 9

# SNRIPD debate Ciência, Inovação e Tecnologia

FOTO: FABRINO LOPES



“É importante que todos nós, que trabalhamos no terreno, organizações e decisores políticos, acabemos com o fosso entre a comunidade científica e a comunidade dos trabalhadores sociais, desenvolvendo parcerias e a igualdade de oportunidades”, declarou Adalberto Fernandes, chefe de divisão do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), aquando do encerramento do ciclo de conferências organizado na Quinta da Malvazia, em Sacavém, entre os dias 6 e 27 de Outubro.

Os encontros estão incluídos num

programa que nasceu há quatro anos – o Programa Ciência, Inovação e Tecnologia – que tem sido desenvolvido pelo SNRIPD, abrangendo um leque de temas como a saúde, educação e desporto, entre outros.

As conferências contaram sempre com uma vasta audiência, envolvendo instituições de e para deficientes, associações e entidades oficiais, reunidos no auditório do Centro de Investigação e Formação de Maria Cândida da Cunha.

A problemática da inclusão do cidadão portador de deficiência na sociedade de informação, a análise das práticas e dos discursos na área da deficiência, a medicina e a reabilitação foram vertentes das exposições realizadas pelos técnicos e dirigentes associativos convidados a participar nestes encontros.

A questão da empregabilidade das pessoas deficientes foi matéria destacada nas diversas apresentações do dia do encerramento deste ciclo de conferências.

Adalberto Fernandes realçou ainda

que as parcerias e a comunicação entre instituições e com o próprio Secretariado se baseiam na boa distribuição de informação, para sensibilização da opinião pública sobre a problemática da deficiência, destacando a actividade do ELO, que considera “um jornal muito prestigiado no sistema nacional de reabilitação, em termos de passagem da informação sobre as conclusões destes encontros”.

Os trabalhos destas conferências vão estar à disposição dos interessados no SNRIPD, em Lisboa.

“Pensamos que, dado o acolhimento e as expectativas criadas em torno deste ciclo de conferências, no próximo ano iremos para um outro espaço para que as pessoas possam, mais à vontade, aderir a esta iniciativa”, salientou o representante do SNRIPD, lembrando ainda que é muito importante dar uma oportunidade aos jovens investigadores, em termos de apoio financeiro e no que respeita às conclusões da sua investigação.”

R.V.

## Breves

### IV Torneio de Snooker

FOTO: RAFAEL VICENTE



A Sede Nacional foi palco do IV Torneio de Snooker da ADFA aberto aos associados, familiares e amigos praticantes da modalidade.

A disputa foi renhida, tendo-se classificado na primeira posição Mário Braga, visitante habituado a dominar o taco e as bolas do snooker. O segundo lugar foi conquistado pelo jovem Miguel Osório que, tendo perdido duas das três partidas, não deixou de mostrar o desportivismo e elegância da sua performance de jogador.

João Reis, o terceiro classificado, animou a assistência com a sua boa disposição.

O quarto lugar das classificações foi alcançado pelo associado Serafim, que teve uma boa prestação na prova, arrebatando um trofeu bem merecido.

### Férias no Funchal

A Delegação do Funchal encerra para férias de seis a 17 de Dezembro.

### “Isto aconteceu”

Pedro Êfe é o produtor do documentário “Isto Aconteceu - Primeira Comissão” apresentado no Centro Cultural da Malaposta (Amascultura), em Lisboa, no dia 19 de Novembro, peça documental que contou com a colaboração de alguns associados da ADFA, que testemunharam a sua vivência da Guerra Colonial frente às câmaras da Acetato – produção de filmes,

sob realização e montagem de João Garção Borges e coordenação militar do coronel Carlos Matos Gomes.

O filme, com a duração de 57 minutos, conta ainda com depoimentos de figuras que marcaram essa etapa da história de Portugal, como o de Costa Gomes, Adriano Moreira, Holden Roberto, Galvão de Melo, Almeida Bruno e Manuel Alegre, entre outros que “deram a cara” num projecto que se afirma como “uma reflexão apoiada na solidez das palavras dos que combateram, nas imagens e nos sons que sobreviveram e nas memórias que a montagem dinâmica dos materiais e depoimentos recolhidos possam suscitar”, segundo foi salientado pelo realizador Garção Borges, aquando das filmagens na ADFA.

### Novo fisioterapeuta

Os serviços clínicos da Sede Nacional contam agora com um novo colaborador na área de fisioterapia, Carlos Alexandre Rodrigues, que atende os associados todos os dias úteis, das 14h00 às 18h00.

### GALP FROTA

Nos últimos dias de Novembro, os associados da ADFA viram-se privados do benefício a que têm direito por acordo celebrado com a Petrogal-Galp Rede.

A justificar o sucedido, a empresa enviou o seguinte comunicado, do qual transcrevemos o primeiro parágrafo:

“Vimos por este meio informar V. Exas. que, devido a um problema no sistema informático da Petrogal, não será possível aos associados da ADFA utilizar os cartões GALP Frota no dia 25 de Novembro de 1999.”

Uma vez que a Petrogal se comprometeu a resolver rapidamente este problema, os serviços da Sede esperam ainda uma justificação, uma vez que esta situação se prolongou por vários dias.

### Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Adriano Ferreira de Figueiredo  
 Albina Maria Alves Pires da Costa Teixeira  
 António Mendes Algarvio  
 António Pereira de Figueiredo  
 António Ventura da Silva  
 Arlindo de Oliveira Monteiro  
 Armindo de Queirós Coelho  
 Camilo Pacheco Martins  
 Carlos Ferreira Monteiro  
 Fernando da Cunha Conde  
 Fernando José da Assunção Martins  
 Firmino da Silva Romão  
 Gabriel Leonardo Índio  
 Helder Joaquim da Palma Tadeu de Almeida  
 Idalio Pais Firmino  
 Irene da Conceição Henrique Lopes  
 João António Monteiro de Lima  
 João da Silva  
 João Duarte de Jesus  
 João Paulo Sousa Almeida  
 João Pereira Faria Santos  
 João Rosa Batista Pomba  
 Joaquim Augusto Loio Farinhas  
 Joaquim dos Reis Correia  
 Joaquim Simões da Costa  
 Jorge Pereira Soares  
 José Alves Leitão  
 José António Morgado da Costa Viegas  
 José Carlos Peixoto Motrena  
 José de Carvalho Alves  
 José Luciano Lourenço das Neves  
 José Luís Martins dos Santos  
 José Luís Monteiro  
 José Manuel Batista Rodrigues  
 José Manuel da Silva Chapa  
 José Soares Nogueira  
 Leonel Marques Pereira  
 Luís Miguel da Silva Dionísio  
 Manuel da Fonseca Rodrigues  
 Manuel da Silva Macedo  
 Manuel Estevão da Silva  
 Manuel Pinho Silva  
 Maria Alves Assunção  
 Maria Antónia Pereira Pinela  
 Maria Cecília Fonseca dos Santos Alves  
 Maria da Conceição Antunes Simões  
 Maria Emília Teixeira Mendes  
 Maria Figueira de Abreu  
 Maria Irene Benta Martins  
 Mário Neves Ribeiro  
 Virgílio Branquinho da Cruz  
 Vitor Manuel dos Reis Correia de Almeida

### Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Dezembro, dia 2, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

### Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Dezembro, dias 2 e 18, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No dia 8, Sábado, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

### Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Dezembro, das 9h00 às 12h00.

### Seminário CERCIGUI

No dia 3 de Dezembro, Sexta-feira, a CERCIGUI vai organizar um Seminário intitulado “Multimédia Novos para a Formação”, no auditório da Universidade do Minho, em Guimarães.

### Dia da Pessoa com Deficiência

Nos dias 2 e 3 de Dezembro, Quinta e Sexta-feira, respectivamente, têm lugar as comemorações oficiais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em Beja.

### CNOD organiza Seminário

Nos dias 3 e 4 de Dezembro, Sexta-feira e Sábado, respectivamente, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes organiza um Seminário subordinado ao tema “Saúde, Educação e Emprego na viragem do milénio”, no auditório do Novotel, em Lisboa.

### Desporto na Sede

Nos dias 4 e 5 de Dezembro, Sábado e Domingo, respectivamente, vai realizar-se um convívio desportivo na Sede Nacional.

### Aniversário da Delegação do Porto

No dia 7 de Dezembro, Terça-feira, Sessão Solene de comemoração do aniversário da Delegação do Porto. No dia 8 de Dezembro, Quarta-feira, realiza-se o almoço comemorativo do aniversário da Delegação do Porto.

### Esclerose Múltipla

No dia 8 de Dezembro, Quarta-feira, tem lugar o I Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, no Instituto de Acção Social das Forças Armadas, em Oeiras.

### Confraternização de ex-Combatentes

No dia 11 de Dezembro, Sábado, vai realizar-se a confraternização dos ex-combatentes e residentes de Cuba.

### Convívios de Natal

No dia 4 de Dezembro, Sábado, vai realizar-se o convívio de Natal na Delegação de Viseu.

No dia 5 de Dezembro, Domingo, vai ter lugar a tradicional festa de Natal da Delegação do Funchal.

No dia 10 de dezembro, Sexta-feira, realiza-se a confraternização (jantar) com os funcionários e colaboradores da Delegação de Famalicão.

No dia 11 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Coimbra realiza o almoço-convívio de Natal.

No dia 11 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Faro realiza o seu almoço de Natal.

No dia 12 de Dezembro, Domingo, realiza-se a festa de Natal da Delegação de Famalicão.

No dia 12 de Dezembro, Domingo, realiza-se o almoço de Natal da Delegação de Ponta Delgada, em Sta. Bárbara da Bretanha.

No dia 18 de Dezembro, Sábado, realiza-se o almoço de Natal da Delegação de Évora, em Estremoz.

No dia 18 de Dezembro, Sábado, realiza-se o almoço de Natal para os trabalhadores da Sede, com a participação do grupo musical “Os Traquinas”.

No dia 18 de Dezembro, Sábado, realiza-se o almoço de Natal da Delegação de Castelo Branco.

# ELO

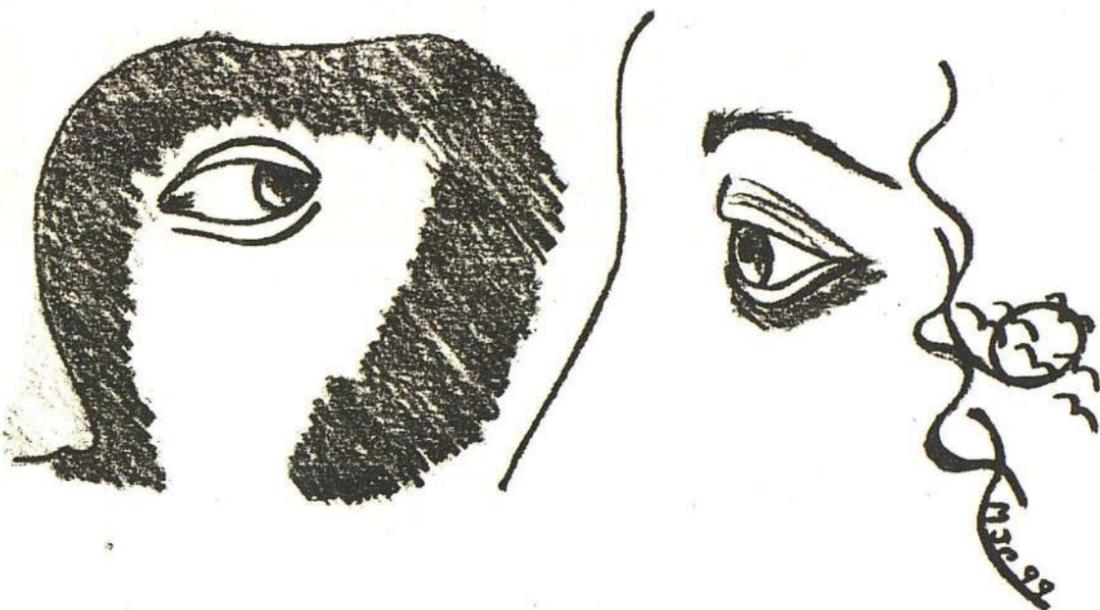
PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 757 0502 / 21 757 0583 / 21 757 0645 • Fax: 21 757 1319 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibar, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, L. 93-A 7°C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Imprensa, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 600 exemplares

Grande Plano

# A Cegonha

Sentiu-se alvo de curiosidade em olhos de gente, a espreitá-lo, admirada. Pareciam querê-lo a ele também na escada que subia ao seu encontro. Bateu as asas e lá do alto, talvez fossem miragens, parecia-lhe que os homens lhe colocavam gravetos, os alicerces de ninho onde se lembrara ter nascido.



O sol espreguiçava-se da notada na costa valenciana. Pelo canto do olho vira passar o bando das cegonhas à procura de melhor clima. Uma delas tombou depois, uma asa ferida, no chafurdo da albufeira.

O macho rodou a cabeça na mesma dor da companheira caída. O bando partia em batidas sincopadas de penas e ele, perdido em devaneio de sofrimento, mergulhava as patas na vegetação seca onde se acoitavam pernaltas. Vira depois o bote, tangido a pau em mestria de barqueiro velho, e o homem que lhe roubava a companheira. Levantou voo seguindo atento a viagem dela, um cais improvisado e o piso dum caminho que levava à construção. Viu a porta fechar-se, um tempo de espera no infinito da demora, a vontade de espreitar no cimento compacto do terraço. Poisou na agonia que tocava a companheira, uma espera dolorosa no sol que queimava, a resmungar que ali, naquelas paragens, as cegonhas não podiam viver a aragem das alturas, os pinheiros mansos de meigas sombras, as chaminés trabalhadas no caído das planícies.

Sentiu-se alvo de curiosidade em olhos de gente, a espreitá-lo, admirada. Pareciam querê-lo a ele também na escada que subia ao seu encontro. Bateu as asas e lá do alto, talvez fossem miragens, parecia-lhe que os homens lhe colocavam gravetos, os alicerces de ninho onde se lembrara ter nascido.

Para um macho de cegonha era difícil acreditar na bondade dos ho-

mens, se fora um homem, armado de espingarda, que há horas lhe ferira a companheira... Mas agora, lá das alturas e do regalo duma frescura de ar, via a companheira no desconforto dum sol a estorricar, meia bêbada ainda da asa que faltava. Os homens não partiam e ele, num mergulho de asas curiosas, ficara alerta, no pinheiro de agulhas ralas. Pela tardinha, mas que bonito até para a cegonha o pôr-do-sol na albufeira, partiam os homens como que, a permitir-lhe o beijo, uma bicada de ternura na doce meiguice do olhar da companheira.

Se não podes partir amor, ficarei contigo, segredara-lhe embebecido.

Os meses passaram, nas primeiras braçadas de aventura das garças bebês, a primeira caçada dum peixe atrevido, o mergulho fofos dos patos nascidos.

E elas, as cegonhas, já teriam netos?

E se o filho fosse da colónia que em Portugal perdera os ninhos, os ovos, os netos impotentes na gulodice do dono dos pinheiros mansos cortando as esperanças das cegonhas no vaivém dentado duma moto-serra?

O carro parou mesmo pertinho do ninho a que ele juntara mais uns gravetos e a erva seca onde dormitava a companheira. O casalinho trocava carícias, falavam deles, da lição de amor que não precisaram jurar.

Sabes, disse a cegonha num sussurro, essa moça é a bióloga que me tratou no hospital das aves... e ele, respondeu o macho, é o rapaz paciente que contava os ovos das garças, que deixava comida aos patos, que prendeu o caçador furtivo.

Afinal também reparaste nele. Eu, deste ninho, sem nada que fazer, já há muito lhe notava o carinho...

E que carinho, disse o macho. E os olhos? Olhava-me sempre como que pedindo auxílio, como que a exigir que eu te falasse, que disseses à tua bióloga as horas de sono que, por ela, ele perdia, os ovos das criações que contava a pensar nela, a tristeza que ficava em cada despedida dos dias de trabalho em comum. Ainda os espreitei um dia na esperança dum beijo nos juncais que protegiam... A boba sem se dar conta e ele... ao tempo que de amor sofria.

Estou tão feliz, disse a fêmea. Olha a moça a dizer-lhe que foi a tua dedicação que lhe fez reparar nele. \*

Episódios

## Até que o enguiço se quebre

O artigo desenvolve com bastante pormenor as acções que militares, arqueólogos e antropólogos americanos estão a desenvolver no Laos e no Vietname vasculhando os locais onde estão referenciados desaparecimentos em combate, em especial devido à queda de aviões ou de helicópteros, por forma a que sejam encontrados vestígios (peças de equipamento ou restos humanos) que comprovem a morte dos militares desaparecidos. Isto é feito "pelas famílias que perderam um dos seus, que querem uma resposta, um enterro decente para os seus desaparecidos", como declarou um pára-quedista de 23 anos que participa nesta missão.

O Governo americano gasta

anualmente neste programa 20 milhões de dólares.

E Portugal não tem mortos para repatriar dos 13 anos de guerra em Angola, Guiné e Moçambique?

Casos de desaparecimentos em que a morte dos militares envolvidos ainda se ponha em dúvida não haverá muitos, mas restos mortais enterados em cemitérios bem localizados deve haver centenas. Muitos pais e viúvas desistiram da recuperação dos corpos dos seus familiares porque, nos primeiros anos de guerra, o Estado exigia-lhes o pagamento das despesas da transladação e do funeral. E onde é que, nos anos 60, a família de um soldado tinha meios para tal despesa? Era obrigada a abafar a dor e o desespero da perda do seu ente

querido, "garantida" pelo habitual e brutal telegrama.

Mas para quê preocuparmo-nos em "saldar as contas" com os mortos e as suas famílias se nem os vivos merecem a devida atenção de quem de direito neste País?...

Em relação aos mortos parece que continua em vigor a sentença ditada por Salazar logo em 1961: "Deixem que os mortos enterrem os seus mortos".

Em relação a muitos vivos ainda continua a verificar-se aquela situação atávica em Portugal que já o Padre António Vieira retratava assim há três séculos: "Se servistes a Pátria e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela faz o que é costume". \*

Editorial

Ponto de Encontro



António Carreiro

O ELO celebrou os seus vinte e cinco anos. Com o contributo de várias centenas de associados e amigos, ao longo deste quarto de século, tem desempenhado o seu papel envolvente de toda a Associação e de referencial exterior, levando a nossa mensagem a Organizações de Soberania, entidades militares e civis, sensibilizando a comunidade não só para as questões dos deficientes militares mas também para as dos deficientes em geral.

A marcar a celebração deste aniversário, data mais simbólica, o ELO quis dar um passo na aproximação ao associativismo militar porquanto nos demos conta de que 25 anos em democracia abriram as portas da livre associação e, mesmo no âmbito militar com as restrições de direitos existentes, surgiu um grande número de associações. Porém, sendo nós também associação e com muitos objectivos próximos ou mesmo coincidentes encontramos nos longe uns dos outros e com quase ausência de intercomunicação.

O encontro ultrapassou de imediato o simples objectivo de proporcionar uma primeira aproximação entre as 10 associações que acederam ao convite e debateu temas como a criação de uma Federação e a necessidade urgente de rever o artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Foi salientada a elevada responsabilidade da postura associativa e a incondicional preocupação de defesa do prestígio das Forças Armadas. Ficou assente que outros encontros se seguirão.

Foi, assim, com a satisfação de termos dado um contributo importante para o engrandecimento da ADFA e para alargar o âmbito da divulgação do ELO - tornando-o mais lido pelos nossos camaradas militares que assinalámos no jantar-convívio a passagem deste aniversário, esperando que o ELO seja cada vez mais e melhor o ponto de encontro de todos os deficientes militares. \*

Um artigo da revista do Expresso de 23 de Outubro passado dizia assim a abrir: "Perto de quatro centenas de americanos - metade dos quais em regime de voluntariado - regressaram ao Vietname para recuperar o passado. A missão tem por objectivo resgatar os restos mortais dos militares mortos em combate durante uma das mais duras guerras travadas pelos Estados Unidos. Trinta anos depois, o Governo norte-americano quer saldar as contas com a História e não regateia custos para honrar a memória dos seus mortos."



José Diniz



João Gonçalves

# O Cidadão com Deficiência na Sociedade da Informação

No Seminário que a Câmara Municipal de Viseu, através do seu Núcleo de Atendimento e Acessibilidades, levou a efeito no Palácio dos Congressos, sobre "O Cidadão com Deficiência na Sociedade da Informação" está provado que "é necessário que as acessibilidades tornem a vida mais fácil a todos". As vilas e as cidades, independentemente dos lugares onde estejam, devem ser concebidas e ter acessibilidades para todos e não só para parte da população.

Imaginem uma cidade em que os passeios têm um metro de altura, ninguém pode entrar num café, em organismos públicos, uma cidade cheia de buracos, que tanto se vê sem sinalização criando questões de acessibilidade e segurança e até a morte à própria

porta, como aconteceu há dias em Lisboa com um cidadão que caiu dentro dum buraco.

Os arquitectos é que são os grandes responsáveis porque projectam casas não para pessoas portadoras de deficiência mas para pessoas ditas normais.

É um absurdo sermos nós seres humanos que projectamos as cidades, quando se deveria projectar as cidades para todo o cidadão o que, segundo parece, não é possível, porque há muitos interesses por trás de tudo isto. Teremos que pensar a sociedade que queremos para o futuro, porque se não for assim, nada do que se falou neste Seminário, nesta acção de formação, muda se não pensarmos nas cidades para o futuro.

O RENAACE (Rede Experimental de Núcleos de Atendimento e Acessibilidade), dirigido às pessoas com deficiência e suas famílias, com a finalidade de informar, orientar, apoiar e acompanhar, visando a

integração social e autonomia do cidadão com deficiência, projecto apoiado pela União Europeia, vai acabar em Dezembro. Mas, o presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, tudo vai fazer para dar continuidade ao trabalho e fazer da cidade de Viseu um local aprazível, acessível para todos e numa intervenção alusiva ao tema, como exemplo a cidade de Viseu aonde a Câmara já acordou com a EDP, tirar os armários que se vêem por toda a parte em todas as cidades que são um grande obstáculo ao cidadão deficiente e a todos os cidadãos.

Cidade onde o rebaixamento dos passeios está praticamente concluído, as rampas efectuadas, cabinas telefónicas acessíveis, os semáforos foram sonorizados e as instalações da Câmara também já estão adaptadas para que o cidadão deficiente em cadeira de rodas possa aí deslocar-se, mover-se à vontade e

tratar dos seus problemas sem ajuda de terceiros.

Viseu cidade modelo a visitar pelos autarcas, arquitectos, gestores, professores, doutores e responsáveis deste País.

A ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas) é uma grande escola, tem delegações e núcleos, por todo o Portugal e no estrangeiro, que são os seus NAACE (Núcleos de Atendimento e Acessibilidade), para apoiar a toda a pessoa deficiente militar e a muitos civis que nos procuram. Há 25 anos que assumimos a responsabilidade de informar, orientar, apoiar, acompanhar, visando a sua orientação e integração no mundo do trabalho, o que, infelizmente, na maior parte dos casos foi conseguido. Hoje temos o problema da terceira idade e outros que temos que resolver. Mas, da forma que se está a trabalhar e com o apoio de todos, tudo se vai resolver. •

## Breves

### Bragança

#### Jantar reúne Órgãos

A Delegação de Bragança reúne os seus Órgãos Sociais num encontro de trabalho que vai ser encerrado com um jantar-convívio, no dia 9 de Dezembro, em Bragança. •

### Castelo Branco

#### Convívio natalício

A Delegação de Castelo Branco está a receber inscrições dos associados e seus familiares para o almoço-convívio a realizar no próximo dia 18 de Dezembro, Sábado, em Castelo Branco.

A Delegação oferece brindes e outras surpresas.

O preço é de três contos por pessoa e inclui sopa, dois pratos, fruta ou doces, café, bebidas e digestivos.

As inscrições têm lugar até 14 de Dezembro, por carta, telefone ou fax (272 341 201), para a Delegação de Castelo Branco. •

### Coimbra

#### Almoço-convívio de Natal

A Delegação de Coimbra vai levar a efeito, no dia 11 de Dezembro, Sábado, um almoço-convívio de Natal no Carvalho, no salão de festas, perto do Monumento aos Aviadores Mortos, a cerca de 10 quilómetros de Coimbra.

A concentração terá lugar pelas 12h00 e os associados e amigos que quiserem participar devem, depois de partir de Coimbra, pela Estrada da Beira, passando pela ponte e a seguir aos sinais luminosos, virar na primeira rua à esquerda em Ceira. Basta seguir as placas com a indicação "Carvalho".

O preço por pessoa é de três contos e as inscrições podem fazer-se até sete de Dezembro para a Sede da Delegação de Coimbra. •

#### Reunião de trabalho

A Comissão Organizadora do IV Congresso da ADFA, vai realizar uma reunião de trabalho na sede da Delegação de Coimbra, no dia 12 de Dezembro, Domingo, pelas 15h00.

Na reunião vai preparar-se o conjunto de teses que os associados ou grupos de associados queiram apresentar. •

### Passeio a Espanha

Um passeio de quatro dias a Espanha está a ser organizado pela Delegação de Coimbra, para decorrer entre 29 de Abril e 2 de Maio próximos.

O transporte vai fazer-se em autocarro de luxo da Empresa Moisés. O preço de 25 contos por pessoa inclui dormida, pequeno almoço e jantar.

No primeiro dia, 29 de Abril, a saída de Formoselha é às 07h30 (junto ao Clube), com paragem pelas 08h00 em Coimbra (Av. Fernão Magalhães, na Sede da ADFA), passando pela Mealhada (junto à cortada da auto-estrada), pelas 9h00, pelo Porto, Valença e com paragem em Vigo para almoçar. Às 16h00, saída para Santiago de Compostela, onde o grupo pára para jantar e dormir.

No dia seguinte, depois do pequeno-almoço, partida para Noia, Muros, Cabo Finisterra, Carballo, Corunha, e regresso a Santiago de Compostela, ao fim do dia.

No terceiro dia o percurso passa por Padron, O Grove, Sanxenxo, até Pontevedra de onde se retorna a Santiago Compostela.

No último dia, dois de Maio, faz-se uma visita a Santiago de Compostela, e o regresso faz-se por Vigo, Valença, Porto, Mealhada, Coimbra, e a chegada a Formoselha.

O pagamento pode ser efectuado em prestações mensais no valor de cinco contos por pessoa, de Novembro a Março de 2000, sendo as inscrições limitadas a 55 pessoas e os almoços da responsabilidade dos viajantes. Para os dois primeiros dias a Delegação aconselha farnel caseiro.

As inscrições, até preenchimento do autocarro, podem ser feitas na Sede da Delegação de Coimbra, Av. Fernão Magalhães, 429 A - 6º F - 3000-177 Coimbra, acompanhadas da prestação do primeiro mês. •

### Évora

#### Festa de Natal em Estremoz

A Delegação de Évora vai realizar no dia 18 de Dezembro a sua festa de Natal, no salão dos Bombeiros Voluntários de Estremoz.

No programa está prevista a concentração na Delegação, pelas 09h30, com partida do parque de estacionamento, junto à muralha, marcada para as 10h00.

Em Estremoz, a concentração vai ter lugar junto aos bombeiros, pelas 12h00 e o almoço será servido pelas 12h30.

A festa vai ser animada com variedades a partir das 15h00, culminando com um lanche e distribuição de prendas aos filhos e netos dos associados, menores de 10 anos. Às 18h00 encerra-se o convívio.

As confirmações para o encontro devem ser feitas até ao dia 10 de Dezembro. •

### Famalicão

#### Festa de Natal

A Delegação de Famalicão vai realizar a Festa de Natal dedicada aos filhos e netos dos associados, no dia 12 de Dezembro, Domingo, com início às 10h00, no Cinema E. Leclerc, desta cidade, com a já habitual distribuição de prendas às crianças até aos 12 anos de idade, inclusive.

A Delegação continuará a suportar a maior parte das despesas, mas é impossível suportar a sua totalidade, razão do apelo à compra de rifas para sorteio de uma televisão a cores, um vídeo e a um rádio despertador, os quais serão sorteados pelos números da primeira Lotaria Nacional do mês de Dezembro de 1999.

As inscrições podem efectuar-se para a Delegação até ao dia 25 de Novembro e solicita-se que seja entregue também uma fotocópia do bilhete de identidade ou cédula pessoal das crianças. •

### Concurso para admissão de trabalhador administrativo

Encontra-se aberto o concurso para admissão de funcionário(a) administrativo(a) para a Delegação de Famalicão.

Os candidatos devem apresentar-se com os seguintes requisitos: habilitações mínimas - 12º ano, conhecimentos práticos dos meios informáticos e carta de condução.

As candidaturas podem apresentar-se até 31 de Dezembro de 1999.

As condições oferecidas são: vencimento correspondente à categoria de 3º escriturário, subsídio de almoço, horário de 40 horas semanais.

Importante: têm preferência na admissão associados e familiares em igualdade de condições com outros candidatos. •

### Férias em Dezembro

A Delegação de Famalicão encontra-se encerrada do dia 24 Dezembro até ao dia 31 de Dezembro.

Em Janeiro de 2000, a funcionária da Delegação desloca-se ao Núcleo de Braga no Sábado, dia oito. •

### Consultas de Clínica Geral em Famalicão

No dia 8 de Janeiro começam as consultas de Clínica Geral, na Delegação de Famalicão. O clínico geral é o Dr. Ricardo Lemos. As consultas vão efectuar-se todos os Sábados de manhã, das 9h00 às 13h00. Já se aceitam marcações de consultas para o Sábado dia 8 de Janeiro e seguintes.

Os associados interessados devem contactar a secretaria da Delegação e apresentar o seu cartão de ADME. •

### Faro

#### Natal em Faro

Este ano, a Festa de Natal da Delegação de Faro realiza-se na COOPPOFA, no dia 11 de Dezembro, pelas 13h00.

O almoço "à maneira" custa três contos por pessoa, com entradas de marisco e leitão, arroz de marisco, entrecosto e entremeada ou frango no churrasco, vinhos e águas e sumos à descrição, cafés, fruta ou doce.

A direcção do local onde vai ter lugar este encontro natalício é a seguinte: Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C.R.L. - R. Dr. Emílio Campos Coroa - 8000 FARO, telefone 289 862 094 e fax 289 862 095.

As inscrições devem ser feitas na Delegação de Faro, até ao dia 9 de Dezembro, para o telefone 289 828 515. •

### Funchal

#### Natal na Madeira

A Delegação do Funchal vai realizar a tradicional festa de Natal, no dia 5 de Dezembro, no Restaurante "A Parreira". Os associados interessados podem contactar a Delegação pelo telefone 291 765 171. •

## Aniversário da Delegação do Porto

# 25 Anos de Solidariedade e Unidade

"Com a presença de cerca de 100 camaradas e dois elementos da ADFA, sede, realizou-se a sete de Dezembro de 1974, no Regimento de Infantaria 6 do Porto, a primeira reunião de deficientes do norte, que pretendeu ser, além de uma sessão de esclarecimento sobre a existência da ADFA, o primeiro passo de uma Delegação a constituir na cidade do Porto..."

...Foi talvez o Porto que mais material humano exportou para as guerras coloniais; consequentemente será aqui que se encontrarão maior número de deficientes e em condições que sabemos serem terríveis..."

Por isso, e para isso se torna absolutamente necessário uma Delegação da ADFA no Porto. Para já foi constituída uma comissão instaladora de seis deficientes, cuja nomeação foi confirmada nesta reunião e que além de estabelecer os devidos contactos com vista à aquisição de uma sede, inscreverá e tentará resolver os problemas mais prementes dos deficientes nortenhos..."

Este é um extracto da acta da primeira reunião que levou à criação da Delegação do Porto da ADFA.

25 anos depois, a Delegação regressa às origens e comemora o seu aniversário no mesmo local onde, a sete de Dezembro de 1974, cerca de uma centena de deficientes militares realizaram a primeira reunião que teve como fruto a criação da Delegação do Porto. Inicialmente com cem associados, hoje esta Delegação conta com cerca de 2500, distribuídos por diversos concelhos do norte de Portugal.

Durante estes 25 anos foram muitos os que deram o seu contributo para que esta Delegação seja o que actualmente é. Uma Delegação que tem procurado desempenhar o melhor papel, numa perspectiva de dimensão nacional, na defesa dos ideais e dos objectivos da ADFA, de modo a que se construam respostas para os problemas dos deficientes militares.

Mais do que um espaço meramente administrativo, a Delegação do Porto tem procurado construir respostas e estruturas orientadas para a reabilitação e integração social substituindo muitas vezes o dever do Estado. Nesta linha, criou a oficina de próteses, actualmente integrada no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), criou serviços clínicos e sociais e está neste momento empenhada em proporcionar aos seus associados actividades orientadas para a terceira idade.

"Solidariedade e Unidade" foi o lema instituído para comemorar o quarto de século de existência da ADFA Porto. Neste sentido, convidamos todos os associados a estarem presentes e a participarem no aniversário desta Delegação que é de todos, numa demonstração de grande solidariedade e união. •

Abel Fortuna

## PROGRAMA

### Dia 7 de Dezembro

- 10H00 - Cerimónia do hastear das bandeiras
- 17H00 - Sessão solene com a presença de entidades oficiais
- 18H00 - Momento lúdico
- 19H00 - Porto de Honra

### Dia 8 de Dezembro

- 10H00 - Recepção aos participantes na Delegação
- 11H30 - Missa em sufrágio dos associados falecidos, na capela da Escola Prática de Transmissões (Antigo R.I.6 - Senhora da Hora)
- 12H30 - Descerramento de uma lápide na Escola Prática de Transmissões alusiva à 1ª reunião para a criação da Delegação do Porto
- 13H00 - Almoço no refeitório da Escola Prática de Transmissões  
- Animação a cargo da Banda Militar da R.M.N.

## Breves

### Ponta Delgada Convívio de Natal

A Direcção da Delegação de Ponta Delgada convida os associados e família a participar no almoço convívio de Natal, no dia 12 de Dezembro, pelas 12h30 horas, no Restaurante Cavalinho Branco, em Santa Bárbara da Bretanha.

O preço por pessoa por pessoa é de dois contos. As crianças pagam metade.

As inscrições podem ser feitas todos os dias úteis, através do telemóvel 96 6234730 ou à Segunda-feira, pelo telefone 296 282 221, até 6 de Dezembro. •

### Porto Festa do Porco

Vai ter lugar no próximo dia 19 de Dezembro, em Albações do Tenha, Peso da Régua, a Festa do Porco.

A organização desta iniciativa, com início marcado para as 10h00, está a cargo do Núcleo da ADFA na Régua e é destinada aos associados e familiares da região.

As inscrições devem ser efectuadas até ao dia 10 de Dezembro, na Delegação do Porto ou junto dos associados Manuel Cigarro, Bonifácio Ramos, José Carlos e Ferrementa Martins. •

### Festa de Natal

Vai ter lugar no próximo dia 18 de Dezembro, a tradicional festa de Natal da Delegação do Porto.

A partir das 15 horas, palhaços, ilusionismo, Karaté, entre outras surpresas, vão fazer a alegria das crianças.

Mais uma vez a Delegação vai oferecer presentes aos filhos dos associados com menos de 12 anos. Para isso, os associados deverão inscrever os seus filhos junto da Delegação do Porto até ao dia 10 de Dezembro. •

### 3º Concurso de Fado Amador

Casa cheia para ouvir cantar o fado. A Delegação do Porto foi o palco, no passado dia 30 de Outubro, do 3º Concurso de Fado Amador, organizado pela Junta de Freguesia de Ramalde. Os

14 concorrentes puseram à prova os seus dotes vocais perante uma plateia de cerca de centena e meia de pessoas.

Mário Morais, do já extinto programa radiofónico "A Voz dos Ridículos", Virgílio Cervantes e Ângela Pinto, conhecidos fadistas da nossa praça, animaram a noite e constituíram o júri do concurso que escolheu para vencedor um fadista nascido em Ramalde, que vive actualmente em Vila Real. •

### Setúbal Dia do Armistício

A ADFA fez-se representar, através da direcção da Delegação de Setúbal, nas comemorações do Armistício, no dia 11 de Novembro, em Setúbal.

A cerimónia, organizada pela Secção de Setúbal da Liga dos Combatentes, contou com deposição de flores junto ao Monumento dos Combatentes, precedida por uma alocução do presidente da Secção, com a presença da Guarda de Honra da Bateria de Artilharia da Serra da Arrábida. •

### Dia de Finados

A Delegação de Setúbal esteve representada na romagem ao talhão dos combatentes, no cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em Setúbal, numa iniciativa da Liga dos Combatentes.

A homenagem foi presidida pelo bispo de Setúbal, D. Gilberto Canavarro dos Reis e terminou com a deposição de coroas de flores das diversas entidades presentes junto ao obelisco do talhão dos combatentes. •

### Viseu Natal de Viseu

A Direcção da Delegação de Viseu convida os associados para assistir ao encontro a realizar no dia 4 de Dezembro, integrado no 25.º aniversário da ADFA e a estarem presentes no almoço convívio de Natal. •

A concentração tem lugar no Regimento de Infantaria n.º 14, pelas 11h15, seguindo-se, pelas 11h30, a Missa na Igreja do RI-14, em homenagem aos deficientes militares falecidos,

Às 12h00 realiza-se a homenagem junto do Monumento aos que tombaram ao serviço da Pátria, com deposição de uma coroa de flores, pelo que se segue a bênção da viatura recentemente adquirida pela Delegação de Viseu, terminando a cerimónia com uma fotografia de grupo.

O almoço-convívio confeccionado e servido nas Instalações do RI-14, vai ter lugar pelas 12h45. •

### Carrinha para a Delegação

Só assim se consegue atingir o objectivo de fazer da Delegação de Viseu, aquilo que os seus associados merecem, mas só com a colaboração de todos é que se consegue seguir rumo ao futuro.

Os donativos que chegaram à Delegação durante o mês de Outubro foram os seguintes: Jorge Oliveira Chaves, com 20 contos; Casimiro Almeida e António Pinto, com dez contos; Joaquim Santos e Mário Pires, com cinco contos; Sebastião Gomes, com três contos; Luís Amaral e Adrião Cardoso, com dois contos; Helder Silvério e Agostinho Amaral, com mil escudos. •

### Núcleo da Guarda

O Núcleo da Guarda encontra-se aberto de Segunda a Sexta-feira, das 14 horas às 16 horas, aos associados interessados dessa área. •

## Actividades da Delegação

Em colaboração com a ADFA do Porto, a ADFA de Viseu participou num "quadrangular" de futebol de salão que fez deslocar a Chaves a sua antiga equipa.

A equipa da ADFA de Viseu está a participar no 3º Torneio de Inverno, organizado pelo RI-14, voltando a reviver tempos antigos. O torneio de futebol de cinco pretende reforçar os laços de amizade, a prática de actividade física e de recuperação, a salutar ocupação de tempos livres e cimentar os laços de camaradagem entre civis e militares. •

## Os mortos não são esquecidos

Em 11 de Novembro, realizou-se em França, há 81 anos, um acto solene que pôs termo à 1ª Grande Guerra.

A assinatura deste instrumento de paz é recordada anualmente pela Europa fora, e também em Viseu onde a Liga de Combatentes promove a realização de uma missa, seguida de deposição de coroa de flores, junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, e no talhão dos Combatentes, no cemitério da cidade. •

O Regimento de Infantaria 14, não esqueceu os seus mortos no Dia de Finados, e promoveu a realização de uma missa em sufrágio pelos mortos em combate, no cemitério da cidade, seguida de romagem, com deposição de flores, ao talhão dos combatentes. •

## RETROSARIA DANIEL ALVES

TEMOS VASTA GAMA, EM ARTIGOS DE RETROSARIA  
LINGERIE P/ SENHORA E ROUPAS INTERIORES P/ HOMEM

VISITE-NOS! COMPARE OS NOSSOS PREÇOS!

Praceta S. Tomé e Príncipe, Loja n.º 1  
RIO DE MOURO

Serra das Minas  
Telef.: 21 926 1738 - T.M.: 96 708 9510

Em Setúbal

# ADFA organiza concurso de Pesca Desportiva

Vítor Manuel, do Núcleo da ADFA em Peniche, conquistou o primeiro lugar no concurso de Pesca Desportiva organizado pela Delegação de Setúbal, no dia 6 de Novembro.

Além do grupo do Núcleo de Peniche, participaram também a secção de Pesca da Delegação de Coimbra e os associados residentes na zona de Setúbal e Lisboa.

Carlos Sousa, de Setúbal, apanhou o peixe mais pesado, uma sabelha com 380 grs. e António Fontes, da mesma equipa, bateu o recorde de maior quantidade com 27 exemplares. Cada qual deu o seu melhor e os "senhores doutores" de Coimbra não deixaram os créditos por mãos alheias, arrebatando o primeiro lugar por equipas.

De onde se avistasse o grupo de associados à pesca, logo se vislumbrava o verde dos coletes da equipa da cidade do Mondego, com as letras brancas e o símbolo da ADFA. A equipa impressionou pela sua coesão e desportivismo, características de quem já está muito habituado a estas lides de cana, anzol e isco.

António Vilela - "o Avô", como lhe chamam os colegas de Coimbra - está há cerca de quatro anos na equipa e já tem participado nos campeonatos do Inatel, e em várias provas de mar e de rio. Diz que "a pesca desportiva de rio é para os peritos", salientando o prazer de uma boa pescaria com os amigos. Chamou ainda a atenção dos companheiros de festa ao almoço para a época de 2000, e para a

FOTOS: FARINHO LOPES



Durante o Concurso de Pesca



Simão Roças, da DN, congratulou-se com o êxito do Concurso da ADFA

prova a disputar na Figueira da Foz, com organização da Delegação de Coimbra.

A Delegação de Setúbal organizou este encontro desportivo com o apoio do Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo, numa iniciativa coroada com um alegre almoço-convívio à volta dos grelhados na brasa oferecidos pela Delegação.

Vítor Oliveira, de Coimbra, realçou o mérito desta realização, aconselhando os organizadores com a experiência de que já é porta-voz. Apelou à presença dos associados e das equipas no campeonato em Março, na

Figueira da Foz e não se esqueceu de convidar as famílias, que também marcaram presença neste dia tão especial.

As classificações individuais ficaram assim distribuídas: Vítor Manuel - Peniche (1º), Nuno Leal - Peniche (2º), António Vilela Ramalho - Coimbra (3º), Luís Baptista - Coimbra (4º), Sérgio Seguro - Coimbra (5º), Fausto Humberto - Coimbra (6º), José Pacheco - Coimbra (7º), Abel Pinto - Lisboa (8º), Carlos Sousa - Setúbal (9º), António Fontes - Setúbal (10º), Zeferino Ribeiro - Setúbal (11º), Vítor Oliveira - Coimbra (12º), Horácio Luz - Peniche (13º), José Carvalho -

Coimbra (14º), Mário Dinis - Coimbra (15º), José Serafim - Coimbra (16º), Rui Luz - Peniche (17º) e Ivone Luz - Peniche (18º).

Os prémios atribuídos foram telemóveis, coletes, troféus, canas de pesca da Team Sargus e medalhas de participação, tendo sido distribuídos numa cerimónia que teve honras de cobertura jornalística pela imprensa local.

Simão Roças, da DN, e José Faria, presidente da direcção da Delegação de Setúbal, foram unânimes ao declarar que "esta é uma iniciativa a repetir, tanto pelo convívio, como pela competição".

R.V.

## Aniversário do Massacre de Santa Cruz

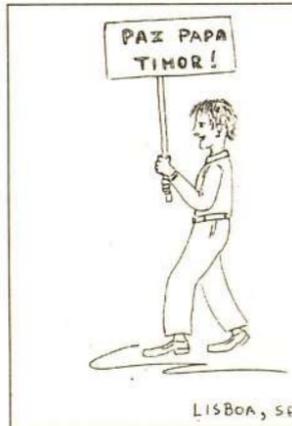
# Amnistia Internacional exige libertação de timorenses



Oito anos após o episódio que ficou conhecido como o "Massacre de Santa Cruz", dezenas de pessoas juntaram-se no dia 12 de Novembro, na Praça de Espanha, em Lisboa, para participarem na marcha de velas organizada pela Amnistia

Internacional - Secção Portuguesa, através do Co-Grupo Indonésia/Timor-Leste e do Grupo Portugal 26/Lisboa, para exigir a libertação imediata de Gregório Saldanha e Francisco Branco, prisioneiros de consciência timorenses nas cadeias da Indonésia, os organizadores da procissão da Igreja de Motael ao Cemitério de Santa Cruz, em Dili, Timor-Leste, que foi atacada pelas forças militares e de segurança indonésias, que mataram 273 pessoas.

A marcha terminou junto ao Centro de Informações das Nações Unidas, onde foi realizada uma vigília simbólica de 30 minutos, e uma curta intervenção explicativa. Durante a marcha, foram exibidos cartazes e faixas relativas a Gregório Saldanha e Francisco Branco e distribuídos folhetos alusivos à manifestação.



LISBOA, SETEMBRO 1999



DIACARTA, SETEMBRO 1999

José Manuel Cabral, da Amnistia Internacional, referiu ao ELO que "a Amnistia vai pressionar para que seja ratificada a convenção sobre o Tribunal Criminal Internacional, assinada em Roma, no ano passado", alertando para o facto de Portugal ser um dos países que ainda não ratificou essa convenção.

"É importante não esquecer que há dezenas de milhares de timorenses desaparecidos", referiu ainda o dirigente da secção portuguesa da Amnistia Internacional, real-

çando a falta preocupação internacional com este assunto, destacando a educação para os direitos humanos como um meio privilegiado para a prevenção.

Manuel Pinto, cidadão timorense residente em Portugal há três anos, disse ter crescido "dentro da guerra, como todos os jovens que hoje têm cerca de 25 anos como eu", e referiu ter esperança na libertação dos seus companheiros.

O olhar da comunidade internacional

segue atentamente os acontecimentos em Timor-Leste, não esquecendo estes dois prisioneiros de consciência, e pelo menos outros 16 presos políticos timorenses, condenados entre nove e 20 anos de prisão, num julgamento considerado "injusto e parcial", no seguimento de uma emboscada a um camião das forças de segurança indonésias, realizado em Maio de 1997, em Quelical, Baucau. Em relação a estes 16 presos políticos, a Amnistia Internacional exige que o seu julgamento seja "anulado e repetido de forma rápida, justa e imparcial, no cumprimento das normas mínimas internacionais aplicáveis."

A marcha contou com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Década das Nações Unidas em Matéria de Educação para os Direitos Humanos e das organizações não-governamentais que integram a Comissão.

R.V.

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

representante exclusivo da

KEY

technologie

em transformações de viaturas para deficientes

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal

telefone: 351-34-59 81 61 \* fax: 351-34-59 81 62 \* jamacedo@mail.telepac.pt

## 250 mil refugiados sob ameaça da indonésia

Um comunicado da Comissão para os Direitos do Povo Maubere trouxe a público várias informações sobre os cerca de 250 mil refugiados e deportados timorenses, que se encontram em Timor Oriental, em território indonésio.

No início de Novembro, o retorno destes refugiados era gerido pelas forças militares e milícias indonésias, que decidem quando, onde e como abrir as fronteiras para Timor Loro Sae.

Grande parte dos deportados está colocada no distrito de Belu/Atambua, em Kupang, em campos improvisados onde grassam a fome e a doença.

R.V.

# A ADFA hoje... Que futuro?

As Organizações Não Governamentais têm permanente necessidade de se adaptar à constante mutação das solicitações e ofertas sociais, sob perigo de, não o fazendo, perderem a sua eficácia e credibilidade.

A ADFA não foge a esta incontornável regra!

As solicitações dos associados, na actual idade do seu avassalador número, são de uma grandeza muito considerável em termos de quantidade e especificações e, longe de estarem equacionadas, encontram-se ainda numa fase de preocupante indiferença. Esta significativa apatia poderá, a breve trecho, trazer ao de cima a perfeita incapacidade da resolução, tempestiva e eficiente, da parte mais séria desses problemas que, visivelmente, já batem à porta de muitos de nós.

Por seu lado, as ofertas por parte da sociedade, e sobretudo as destinadas aos deficientes no limiar da terceira idade, ou já nela integrados, não são abundantes nem de fácil acesso. Cabe, por isso, às suas associações a seriíssima obrigação de elencar, em tempo oportuno, as carências imediatas e vindouras dos seus membros, exigindo a sua cabal

satisfação por parte da comunidade, numa postura digna, interventora e reivindicativa.

Embora pecando pela tardia realização, é chegado o momento imperdível, por se mostrar único, de os deficientes militares, assumindo o hoje, definirem o amanhã, no seu IV Congresso!

O dever de contribuir para a busca de um futuro, vivido em tranquilidade por cada um de nós, não pode ser assacado a outrem! O debate, que agora é proposto por todo o espaço e a todo tecido associativo, não se compadece com demissões e absentismos, reclamando vistas largas e precisas, em relação às nossas necessidades advenientes.

A presença e participação de todos, neste inquestionável processo, é um encargo de fidelidade absoluta, sob pena de perdermos definitivamente o comboio do provir, e o direito de continuarmos a ser entendidos como gente de corpo inteiro, durante os anos que a vida ainda nos reserva.

Inventariemos a ADFA de hoje, delineemos as orientações para o nosso futuro, e as dúvidas de agora converter-se-ão nas certezas de amanhã!

A Comissão Organizadora

2.2.3 - Posição da ADFA perante o movimento associativo nacional de deficientes e para deficientes;

2.2.4 - Postura internacional (ADFA/FMAC);  
2.2.5 - Posicionamento da ADFA perante a cooperação com as organizações de deficientes militares dos Países Africanos Lusófonos;

2.3 - Desenvolvimento da ADFA

2.3.1 - Definição do papel da ADFA como organização exclusivamente reivindicativa ou eminentemente reivindicativa e prestadora de serviços;

2.3.2 - Definição sobre se os projectos de desenvolvimento devem servir só os associados ou estar dirigidos também ao exterior;

2.3.3 - Definição do quadro jurídico em que devem assentar os sectores produtivos/desenvolvimento da ADFA

2.4 - Definição da orgânica estatutária da ADFA (Adaptação da estrutura associativa perante as novas correntes de regionalização)

2.4.1 - Relação Inter-Órgãos Sociais Nacionais e entre estes e os das Delegações;

2.4.2 - Relacionamento inter-Órgãos Sociais das Delegações e entre estas;

2.4.3 - Definição das estruturas representativas dos associados da ADFA nos PALOP.

2.4.4 - Definição estrutural dos Núcleos e áreas mínimas de implantação a nível nacional;

### III - Preparação

Art.º 7.º

Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Nacionais e Locais devem apoiar a Comissão Organizadora do IV Congresso e as Comissões de Delegação, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance, para a realização das tarefas que lhes estão cometidas.

Art.º 8.º

Os associados poderão apresentar, individualmente ou em grupo, temas enquadrados nos objectivos do presente Regulamento, cabendo à Comissão Organizadora avaliar do enquadramento dos temas nos objectivos do Congresso.

Art.º 9.º

A Comissão Organizadora Nacional e as Comissões de Delegação providenciarão, durante os meses de Novembro e Dezembro de 1999, a realização de reuniões de asso-

## Reflexão

O Congresso da ADFA vai mobilizar, de novo, os associados na Sede, nas delegações e nos núcleos.

Os temas elaborados pelos membros do Conselho Nacional pretendem desencadear a discussão associativa em torno das questões, que neste momento, preocupam os deficientes militares.

Embora o período para a apresentação das teses seja relativamente curto, pensamos que será suficiente para que todos os associados, ou grupos de associados, se manifestem, tanto na elaboração de trabalhos como na discussão dos mesmos. De facto, de acordo com o Regulamento do Congresso todas as áreas de debate estão abertas às preocupações dos deficientes militares e suas famílias. Este facto comprova-se pelo elevado interesse que os associados estão a demonstrar pelo conhecimento dos temas já divulgados nas áreas da vida associativa, da reabilitação, da reivindicação legislativa, da criação de novas estruturas de desenvolvimento para a ADFA e cooperação internacional.

Estamos certos de que irão aparecer, de imediato, trabalhos que abordem questões como o movimento associativo, áreas de serviços a prestar pela ADFA, alteração dos

Estatutos, posicionamento da ADFA em relação aos ex-combatentes e associativismo militar e outras matérias consideradas importantes para manter a qualidade de vida dos deficientes militares e seu agregado familiar, em todas as fases da vida.

Não tenhamos dúvidas de que participar agora na discussão das matérias que interessam aos deficientes militares garantirá à ADFA o posicionamento correcto para o lançamento do próximo ciclo de vida a activa a favor da reabilitação e reintegração dos deficientes militares. De facto, a maioria do corpo associativo está convencido de que, neste momento, é necessária uma avaliação do trabalho desenvolvido nestes vinte e cinco anos, saber se aquilo que fazemos está de acordo com os interesses dos associados e que tipo de rectificações de rota devem ser introduzidas para se alcançarem os objectivos a que nos propusemos e que, constantemente, estão a ser aferidos pelos associados.

A firmeza na acção, a tolerância e a solidariedade activa são, de novo, neste momento, o cimento que une o travejamento do projecto que a 14 de Maio de 1974 decidimos lançar na Sociedade Portuguesa. \*

Lopes Dias

Continuam a destacar-se partes do Regulamento do IV Congresso, já com a introdução das actualizações promovidas nas reuniões do Conselho Nacional, incluindo as do ocorrido em 27 de Novembro findo.

Os excertos, que seguidamente se divulgam, depois da parte difundida no "Elo" anterior, correspondem aos artigos que se afiguram de maior actualidade no presente momento, indo a Comissão Organizadora promovendo, dentro desta perspectiva, a divulgação de todo o Regulamento antes da realização do IV Congresso.

### Regulamento

O Conselho Nacional, assumindo-se como garante da unidade e coesão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e querendo que se mantenha a necessária dinâmica, com vista à realização dos objectivos primordiais previstos estatutariamente, delibera, na sua reunião de 28 de Março de 1998, promover, em cumprimento da alínea l) do Art.º 36º dos Estatutos, a realização do IV Congresso Nacional, o qual se regerá pelo seguinte regulamento:

#### 1 - Objectivos

Art.º 1.º

1 - Perspectivar a ADFA, em concordância com a dinâmica social actual, desenvolvida nos níveis nacional e internacional, em ordem a que sejam prosseguidos os objectivos globais e permanentes da ADFA;

2 - Para tal, deverá o IV Congresso tratar as seguintes matérias:

2.1 - Reabilitação e qualidade de vida, na actual e futura fase etária dos associados.

2.1.1 - Reivindicação de direitos/legislação;

2.1.2 - A terceira idade do deficiente e a família;

2.1.3 - Política Nacional de Lares;

2.1.4 - Prestação de cuidados de saúde pelas estruturas militares e Serviço Nacional de Saúde.

2.2 - Relacionamento externo da ADFA a nível nacional e internacional.

2.2.1 - Estruturas nacionais de reabilitação e integração de pessoas com deficiência;

2.2.2 - Relacionamento com os poderes públicos e instituição militar;

ciados, para debater os temas a levar a Congresso.

Art.º 10.º

Todos os temas, já discutidos, deverão ser apresentados à Comissão Organizadora, até 31 de Dezembro de 1999.

Art.º 11.º

A Comissão Organizadora do Congresso providenciará, até 31 de Janeiro de 2000, a divulgação de todos os temas pelas Delegações, promovendo ainda a sua publicação no Jornal "ELO".

#### IV - Realização

Art.º 12.º

O IV Congresso efectuar-se-á em Lisboa, em princípio, nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 2000.

Art.º 20.º

O IV Congresso será constituído:

a) Pelos membros do Conselho Nacional;

b) Por delegados eleitos em Assembleia Geral Nacional Eleitoral, de harmonia com o Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 27.º

Os associados que apresentarem temas para o Congresso e não forem eleitos, poderão intervir no mesmo para os defender.

#### VI - Meios Financeiros

Art.º 32.º

Todas as despesas com a preparação, organização e realização do IV Congresso, serão pagas pela Comissão Organizadora, contra a apresentação dos documentos justificativos e depois de devidamente analisadas, nos termos do orçamento aprovado.

#### VII - Disposições Finais

Art.º 35.º

A Comissão Organizadora do IV Congresso emitirá os documentos que julgar necessários, assim como um símbolo que identifique a sua realização.

Art.º 36.º

Competirá à Comissão Organizadora do IV Congresso o esclarecimento de todas as omissões ou dúvidas suscitadas pelo presente Regulamento, em observância dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da ADFA.

#### Calendário do IV Congresso

1999.NOV / DEZ e JAN 2000 - Debate

associativo das teses a propôr, com reuniões descentralizadas, nas quais se facilitará, ao máximo, a apresentação dos trabalhos, que se pretendem objecto de debate intenso, sejam eles provenientes de grupos de associados, ou destes individualmente.

1999.DEZ.31 - Data referência para apuramento dos associados que, com quotas em dia, permitirão a definição do número de delegados ao Congresso, por Delegação.

2000.JAN.31 - Data limite para envio, às Comissões Organizadoras Nacional e de Delegação, das teses a propôr ao IV Congresso. O ELO divulgará a Convocatória para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, para eleição dos delegados ao IV Congresso.

2000.FEV.25 - Data limite para análise das teses apresentadas pela Comissão da Redacção a nomear, a qual, composta por três elementos, integrará um membro da Comissão Organizadora e outro do grupo proponente de cada trabalho, ou o seu autor, se o fizer isoladamente. \*

#### Nota do Conselho Nacional

Depois de ratificada pela MAGN, por proposta da Comissão Organizadora do Congresso, o CN aprovou a nomeação da associação e seu elemento suplente, Artur José Caldeira Vilares, para integrar aquela comissão, que assim se completa com a junção do seu sétimo elemento.

#### Última Hora

De harmonia com a solicitação de associados da Sede e Delegações, veiculada pelas Comissões Organizadoras Locais, a Comissão Organizadora Nacional decidiu, no interesse do melhor e mais profundo debate das teses a apresentar, que estas lhe sejam entregues até 31 de Janeiro de 2000.

Foi alterado o calendário do Congresso, pelo que se recomenda a observação das etapas alteradas no destaque que do mesmo é efectuado nesta página.

Silvério Rodrigues, coordenador do Departamento de Reabilitação e Apoio Social da ADFA

# Novo serviço para a reabilitação dos associados

.....  
**A terceira idade, o apoio aos associados mais isolados e a identificação dos vários problemas que afectam a massa associativa são, entre outras, as preocupações prioritárias que motivaram a criação deste novo serviço de apoio aos associados.**

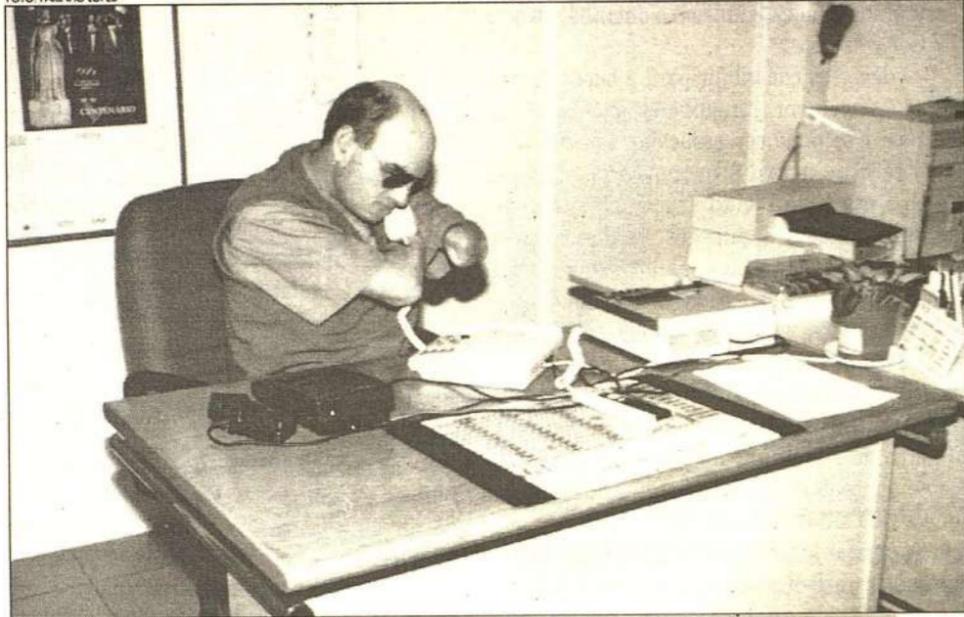
**Silvério Rodrigues, associado e colaborador da Sede Nacional é o coordenador do novo Departamento e, como associado grande deficiente, aposta neste trabalho para cimentar a autonomia dos associados, tendo em conta que a reabilitação é o primeiro passo para a plena cidadania.**

.....  
**ELO - Como surge este novo projecto?**  
 Silvério Rodrigues (S.R.) - Este decorre de outras tentativas de há alguns anos, da necessidade que temos sentido de constituir uma equipa para dar resposta aos problemas dos associados e surge após termos efectuado reuniões com o Dr. Jerónimo de Sousa, director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), que vai colaborar conosco neste projecto.

**ELO - A que problemas pretende dar-se resposta?**

S.R. - O Departamento foi criado a pensar em grandes áreas de intervenção, como o apoio social e domiciliário, abrangendo uma vertente que muito nos preocupa, uma vez que grande parte dos associados tem mais de 50 anos, estão reformados e com deficiências que se agravam. Para pôr em prática este esquema de apoio aos associados é necessária uma articulação dos serviços da Sede. Se um associado precisar de ir ao hospital, se

FOTO FARINHO LOPES



Silvério Rodrigues é o coordenador do novo Departamento de Reabilitação da ADFA

necessitar de cuidados em casa, ou se tiver que tratar de outros assuntos, o Departamento pode vir a garantir esse acompanhamento.

Por isso, vamos fazer um levantamento da situação dos associados nessas condições, através de contactos pessoais ou telefónicos.

**ELO - Esse levantamento já está em curso?**

S.R. - Vai começar em breve, uma vez que vamos fazer um inquérito e publicar um anúncio no ELO, referente ao novo serviço e apelando ao encontro com a Associação. Vamos também fazer contactos telefónicos para os associados, inicialmente na zona da Grande Lisboa, e depois por todo o País, através das delegações. Este levantamento será feito por ordem decrescente de grau de incapacidade. Iniciaremos este trabalho pelos associados com 100 por cento de grau de incapacidade.

**ELO - E quanto a outras áreas de acção?**

S.R. - Além da reabilitação, há também a questão das ajudas técnicas e vida autónoma. Temos que estar sempre actualizados neste campo e temos que usufruir das tecnologias mais modernas prescritas através dos

hospitais militares. Todos os meses há novidades sobre ajudas técnicas. Este Departamento tem que estar permanentemente actualizado para melhor poder informar os associados sobre as inovações mais recentes.

Depois há a vertente do lazer e tempos livres, também importante, uma vez que o associado se dirige à Associação e pode já contar com as diferentes actividades desportivas e culturais desenvolvidas pela ADFA. Queremos organizar almoços e encontros que, no fundo vão funcionar como "terapia". O almoço dos associados cegos é um bom exemplo, uma vez que passa a realizar-se no último Sábado de cada mês, o que torna mais regular o encontro e o convívio entre amigos.

**ELO - Como pensam coordenar este projecto a nível nacional?**

S.R. - No início do próximo ano vamos organizar um encontro com as delegações para expormos o nosso trabalho, a fim de que as delegações implementem estas medidas.

Estão envolvidos, à partida, na Sede, o Serviço Social, os serviços clínicos (em termos de assistência) e a psicologia clínica, bem como os departamentos de ajudas técnicas e

de animação cultural, desporto, lazer e associativismo, podendo vir a colaborar outros, quando for necessário.

**ELO - Que exemplos de reabilitação e apoio social pode realçar?**

S.R. - Temos a funcionar um curso de informática para cegos, ministrado na Sede, de Segunda a Quinta-feira, com a colaboração da Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais e estabelecemos contactos, através do Serviço Social, com os associados africanos, para promover uma campanha de vacinação. Responderam cerca de duas dezenas de associados, que foram vacinar-se ao Centro de Saúde do Lumiar, que prestou toda a colaboração necessária para o efeito.

**ELO - Quais são os projectos para o futuro próximo?**

S.R. - Vamos implementar uma pequena biblioteca sonora para os associados cegos e outros que tenham dificuldade ao manusear livros, vamos criar centros de actividade ocupacional, vamos desenvolver o voluntariado na ADFA, para fazer visitas ao domicílio, aos hospitais, às prisões, não esquecendo os nossos associados do Lar Militar, acompanhando também os associados na Sede. Como habitualmente recebemos o ELO Sonoro depois de terem ocorrido os acontecimentos, vamos fazer uma gravação das notícias mais imediatas, que enviaremos aos associados.

**ELO - Qual é a mensagem que deixa aos leitores do ELO sobre o novo departamento?**

S.R. - Como associado grande deficiente, gostaria que os associados que têm problemas, que estão desempregados, que não se sentem bem, apareçam, falem, que não se deixem ficar em casa, isolados, pois temos agora um serviço que pretendemos desenvolver para que a sua reabilitação e integração seja plena na ADFA e na sociedade. Queremos que saibam que têm sempre alguém disponível para conversar na Sede, em atendimento personalizado ou via telefone.

Tudo faremos para dar resposta às situações que nos forem colocadas. \*

Rafael Vicente

## Exposição de pintura "Mãos à Obra"

# Secretário de Estado preside a inauguração

FOTO FARINHO LOPES



Rui Cunha visitou a exposição

"Este é o resultado do empenhamento e entusiasmo daqueles que, pintores experientados ou amadores, participaram numa

grande iniciativa da ADFA, no passado dia 3 de Julho", elogiou o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, ao inaugurar a exposição de pintura "Mãos à Obra", na Sede Nacional da ADFA, no dia 23 de Novembro.

Inserida num projecto para a atribuição de uma bolsa de estudo de pintura a um cidadão portador de deficiência em Julho do ano que vem, "esta iniciativa inovadora na área artística e cultural está integrada nas comemorações do 25º aniversário da ADFA e teve como objectivo proporcionar às pessoas com deficiência a aprendizagem da Arte como forma de reabilitação e integração", como referiu Simão Roças, da Direcção Nacional da Associação.

Rui Cunha aludiu a esta segunda etapa do

projecto referindo que os trabalhos executados em Julho "resultaram espectacularmente, a exposição ultrapassa as expectativas e, além do entrosamento entre os pintores mais experientes e as pessoas portadoras de deficiência, há a destacar o leilão das obras que vai reverter para uma bolsa de artes plásticas".

No calendário do projecto está agendado o leilão dos quadros, para o dia 25 de Março, com abertura do concurso para atribuição da bolsa marcado para 10 de Abril, a selecção de candidatos para 27 de Maio e a atribuição da bolsa para dia 24 de Julho.

"A cruzada da reabilitação e integração das pessoas com deficiência passa pela sensi-

bilização da opinião pública para a igualdade de oportunidades e estas iniciativas vêm de facto aprofundar essa sensibilização", salientou Rui Cunha, destacando a "posição preponderante" que a ADFA tem assumido nesta área.

A coordenação técnica da pintura e da exposição esteve a cargo do pintor Lívio de Moraes que organizou as 74 obras cujas bases de licitação variam entre os 500 escudos e os 250 contos.

Dado o êxito que se registou na inauguração da exposição, o prazo em que se mantém patente ao público foi prolongado para 17 de Dezembro. \*

R.V.

# 25.º Aniversário do ELO

ELO celebra 25 anos de publicação ininterrupta

## ADFA na vanguarda do debate sobre direitos dos militares

O Primeiro Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa e o jantar associativo que reuniu cerca de uma centena de associados e amigos fizeram parte das celebrações do 25º aniversário do ELO, na Sede Nacional, em Lisboa.

No Encontro ficou vinculada a necessidade da criação de uma federação de associações de militares e a premência da alteração do art.º 31º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e a elevada simbologia de reconhecimento nacional que deve assumir o Monumento aos Combatentes do Ultramar.

Durante o jantar-convívio cantou-se o fado e partiu-se o bolo que representa um quarto de século de jornalismo associativo.



Um dos painéis onde se debateu a hipótese de criação de uma federação de associações de militares

Iniciar o processo para a criação de uma federação e salientar a imperiosa necessidade de rever o artigo 31º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) foram os

aspectos mais relevantes do 1º Encontro sobre Associativismo Militar e sua Imprensa que contou com a participação de dez associações de militares (ANS, AOFA, ASMIR,

ANCE, AFAP, Liga dos Combatentes, Clube do Sargento da Armada, Associação dos Antigos Oficiais de Lanceiros, Associação 25 de Abril e ADFA), que teve lugar no passado dia 26 de Novembro, na Sede da ADFA, em Lisboa, a propósito da celebração dos 25 anos do jornal ELO, órgão de comunicação social desta Associação.

A sessão de abertura contou com a presença do Secretário Nacional Adjunto para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Carlos Melo, que elogiou o papel que a ADFA tem assumido na promoção do associativismo e na sensibilização da opinião pública ao longo de 25 anos, aproveitando para desejar os parabéns ao ELO.

Os representantes das associações presentes, que apresentaram diversas intervenções escritas, debateram vivamente as principais matérias que estão na ordem do dia dos militares, designadamente, as de dignificação da condição militar e das Forças Armadas, salientando as questões das restrições dos direitos dos cidadãos que integram as Forças Armadas (Art.º 31º da LDNFA).

Jorge Maurício, presidente da MAGN, salientou que o Monumento aos Combatentes do Ultramar "é o símbolo do sacrifício desse milhão de homens e das suas famílias, que também sofreram com o esforço da guerra".

Foi ainda manifestada a intenção de prosseguir com estes encontros e reuniões de trabalho, tendo sido considerada a necessidade de realizar um encontro nacional de antigos e actuais combatentes.

### Jantar Associativo

Os associados e amigos do ELO puderam confraternizar no jantar-convívio realizado no mesmo dia no restaurante da Sede Nacional, destacando-se a grande adesão de cerca de 130 participantes que encheram a sala.

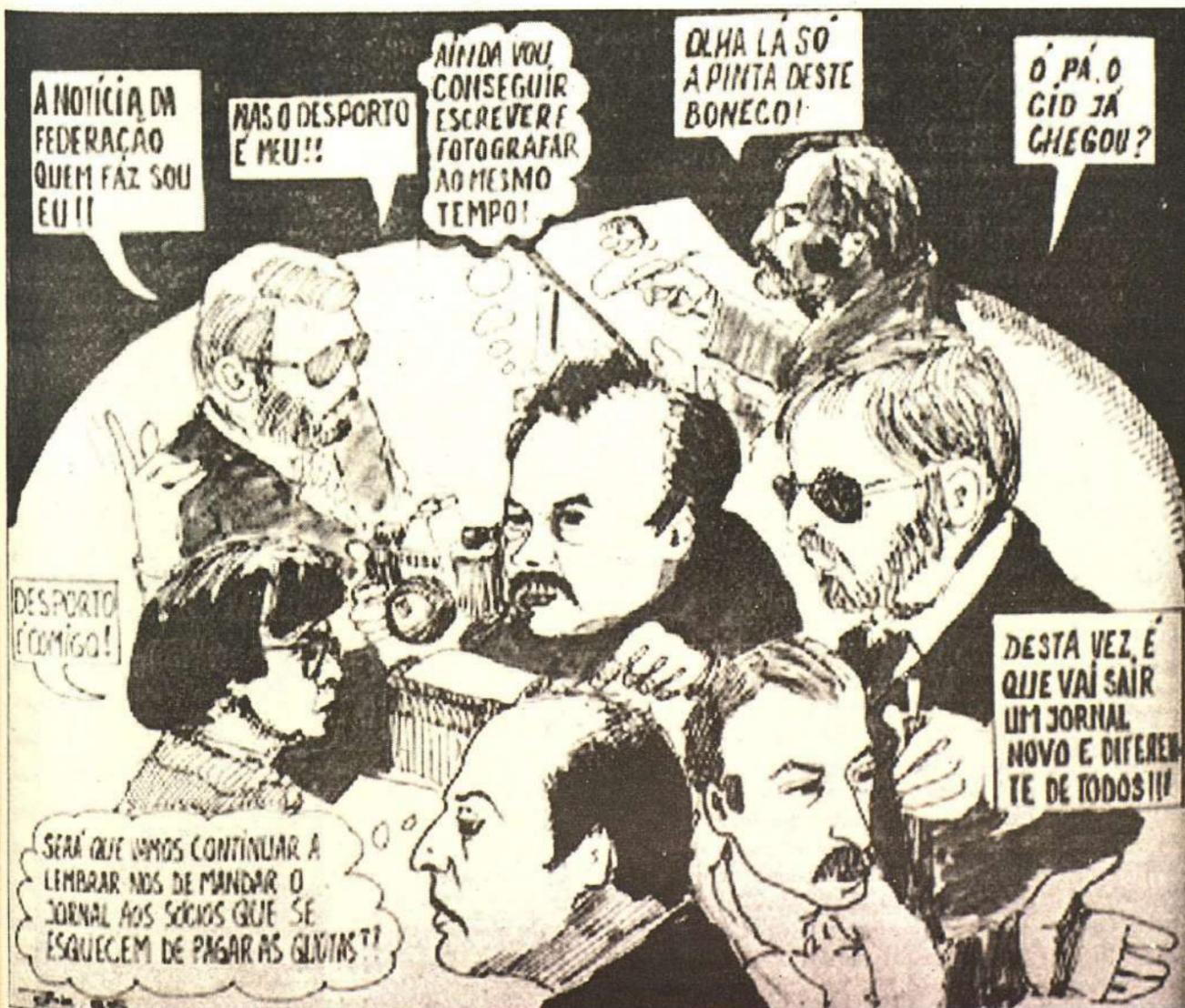
A festa foi abrilhantada com a actuação de vários fadistas, que fizeram vibrar a assistência.

No apagar das velas e partir do bolo de aniversário estiveram presentes quatro dos directores que o ELO teve durante estas duas dezenas e meia de anos de actividade. Fernando Brito, director em 1975, Patuleia Mendes, que exerceu o cargo entre 1988 e 1996 e José Dinis, que foi também director do ELO desde 1996 até 1997, acompanharam o actual director, António Carreiro.

A enriquecer o ambiente de celebração participaram espontaneamente os associados Nicolau Rufino e Sá Flores, que declamaram poemas em homenagem ao ELO e José Parreira, que dedicou um fado ao jornal da Associação. Santa Clara Gomes, o elemento da Direcção Nacional que actualmente está mais directamente ligado ao jornal, improvisou a letra de um fado que cantou com entusiasmo, rendendo os convivas ao humor das suas estrofes.

A caminho dos 26 anos de publicação imparável, o ELO conta sempre com a colaboração de todos os associados e de todos quantos têm dado algo da sua vida em prol dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. •

Rafael Vicente



### ELO de associados

O ELO comemorava 11 anos em 1985 com uma caricatura dos colaboradores que então, como os de hoje, vibravam com a edição de mais um número.

Em homenagem a todos aqueles que, ao longo destes 25 anos colaboraram na difusão dos direitos dos cidadãos deficientes em geral, publicamos nas páginas seguintes uma série de fotografias de primeiras páginas que marcaram a vida da Associação.

Estas imagens não pretendem ser um resumo estático de episódios importantes, mas são antes destaques de uma história associativa sempre dinâmica e interventiva.

Muitos foram os associados familiares e amigos que nos endereçaram os parabéns pelo aniversário do ELO. Toda a equipa lhes deixa um abraço de agradecimento pelo calor humano e entusiasmo que nos transmitem para prosseguir com o esforço que já tantas centenas fizeram antes.

# 25.

# Aniversário do ELO



**José Diniz**

Corria o mês de Agosto de 1975 e estávamos no auge do "Verão Quente". A caminho do Jornal do Exército (JE), no Largo da Graça, onde havia sido colocado dois meses antes, aquando do meu regresso ao serviço activo, passei pelo Palácio da Independência para cumprimentar os dirigentes da ADFA, meus antigos companheiros de Hospital.

O Palácio fervilhava de actividade, pois a Associação procurava afirmar-se na envolvência revolucionária que então se vivia. Um dos camaradas com quem falei foi o Calvino que, ao saber da minha nova situação militar, dispara o seguinte convite: Se estás no activo e no Jornal do Exército podias pedir a tua transferência para a Associação, pois precisamos de ti no ELO.— E quase sem ter tempo para pensar no assunto, logo ali ficou feito o requerimento.

Ao chegar ao JE dei conta do sucedido ao Chefe de Redacção, um coronel, homem de esquerda, mas que não misturava os ideais políticos com o serviço. Começou por me dizer que o pedido de transferência devia ser apresentado ao meu Director e acabou por me aconselhar a retirar o requerimento, pois não me via com arcaboço para aguentar o frenesim associativo mais o caldeirão revolucionário.

No dia seguinte, um tanto comprometido, lá voltei ao Palácio da Independência para reter o requerimento. E assim acabou aquela que

## A Reincarnação

esteve para ser a minha primeira ligação ao ELO, perdendo a oportunidade de ter sido o seu segundo director.

Sempre leitor atento do Jornal, associado não muito militante, com excepção de uma passagem pelos órgãos sociais nacionais em 1979/80, assim me mantive até finais de 1995, quando o meu querido amigo Patuleia Mendes, então Director do ELO, sabendo que havia passado à reforma extraordinária, me lança novo desafio para dar a minha colaboração ao Jornal. Desta vez não havia como recusar e aceitei com todo o gosto. E a par do ELO veio a necessidade de preencher uma vaga na MAGN e por cá continuo a repartir o tempo entre a minha actividade de docente nos Pupilos do Exército e a ADFA.

No período de cerca de um ano em que fui director, o ELO fez a transição de um modelo "caseiro", feito por amadores, categoria onde me incluo, para um modelo "experimental" de publicação onde se ensaiaram novas técnicas, onde se deram roturas, onde a prioridade à prevalência do modelo ia fazendo perder a "alma" do jornal. Foi um período muito difícil, uma verdadeira revolução, em que, muitas vezes, os principais intervenientes são devorados pelo processo, ou por não conseguirem acompanhar o ritmo ou por pretenderem andar depressa demais.

Os sacrifícios em termos humanos foram muitos, mas parece que valeu a pena. Hoje temos um jornal

perfeitamente estabilizado, com uma Redacção profissionalizada, um grafismo atraente e plástico, um corpo de colaboradores atento e interventivo, um número cada vez maior de associados a participar no seu jornal, enfim, a "alma" do ELO reincarnou e continua a dar razão de ser a uma publicação que se mantém viva há 25 anos. Que continue por muitos mais a ser o elo de ligação entre todos os associados e a memória viva da ADFA.

Face à multiplicidade e riqueza dos meios de comunicação que hoje temos à disposição, os leitores da imprensa escrita serão cada vez mais exigentes e interventores. Para fazer face aos novos desafios, "o jornal do futuro deverá ser cada vez mais analítico, responsável e exaustivo", como defendia, há 15 anos, Anthony Day, num seminário sobre "O Jornalismo no Ano 2000". Ora, esse futuro já é o nosso presente.

No encontro de associações de militares e respectivos órgãos de comunicação que o ELO promoveu pelo seu 25º aniversário, essa preocupação da qualidade e actualidade dos jornais e boletins associativos ficou bem patente e foi sentida a necessidade de uma maior interligação entre todos com vista à partilha de experiências e complementaridade de informação. O ELO não se esgota no associativismo militar, mas seria mais um bom campo de acção onde a sua experiência de 25 anos traria mais valias muito preciosas. •



**João Gonçalves**

Comemorar 25 anos do nosso "Jornal Elo", na sua já longa história de informar, tem muito de mensagem. Uma mensagem que vem de longe.

Uma mensagem que, há 25 anos sem interrupções, aí vem vindo sempre ao nosso encontro.

Uma mensagem que tenta falar de uma forma onde os problemas da deficiência, das reivindicações, mais que justas que a Pátria teima em manter na gaveta. São valores decisivos a defender, a proclamar sem medo, sem rodeios, sem contempla-

## 25 Anos

ções, no meio de muita confusão que por aí anda, onde parece que vale tudo.

Não vale tudo, vale só o que vale. O que nos define, o que nos identifica como homens, como combatentes Deficientes das Forças Armadas, como povo concreto, portugueses que lutamos em defesa da Pátria, sofremos na carne os horrores, as amarguras que as guerras provocam, demos o melhor das nossas vidas. Mas, não temos que nos envergonhar, devemos sentir honra e orgulho, porque fomos chamados no cumprimento do dever Patrio, somos, deve proclamar-se, deve defender-se. Haja o que houver, nunca se pode por em questão.

É o que vem defendendo o nosso "Jornal Elo".

Ao comemorar o 25º Aniversário, merece, por isso, os parabéns de todos nós. Com os nossos parabéns, vai aqui o apelo veemente a que seja sempre assim. Tudo e sempre nessa direcção, mentalização, informação, conteúdo, orientação.

Aqui fica, o reconhecimento para quantos, de uma forma ou de outra, sempre com sacrifício vão fazendo o "Jornal Elo" chegar às mãos de quem ansiosamente o espera.

Parabéns. Um santo e feliz Natal e um óptimo Ano Novo para todos vós. •



# 25.

# Aniversário do ELO



Patuleia Mendes

## ELO, parabéns!

Falar de ti, 25 anos depois do início da tua publicação, podendo parecer tarefa fácil, ela não o é!

Tu, testemunha de todos os passos desta "Casa", que te fez nascer, criou e tem mantido vivo, és o repositório mais alargado da história das nossas lutas, frustrações, vitórias e sonhos, numa palavra, da nossa vivência comum, desde que conquistámos o direito de ter voz.

Foste uma escola para todos os que, inexperientes na arte de informar, te dedicámos mais a boa vontade do que o saber e, em troca, proporcionaste-nos contactos mais chegados, com aqueles com quem acabámos por criar amizades firmes, forma de ganhar experiências, de elevada valorização pessoal, e a humildade para aprender a entender a crítica, que nos encaminha pelos trilhos certos a partir dos erros cometidos.

## Um quarto de século de vida

25 anos, ainda é uma criança. Mas logo à nascença como adulto. Como não podia deixar de ser, é como tudo na vida, passou por fazer coisas boas e outras menos boas.

Continua a ser uma voz que incomoda o poder. O seu director, tal como o corpo redactorial, têm man-

Foste um elo, na total aceção do termo, que ligou a nossa associação aos seus membros, as equipas que te produziram aos que te leram, e constituíste-te no permanente desejo de tantos de nós, mês atrás de mês, ano depois de ano, na espera da tua mensagem solidária. Quantas vezes foste tu a única consolação, nos momentos de maior abandono associativo?!

Porta-voz das nossas ansiedades, arauto das nossas certezas, companheiro dos que conosco partilham a estrada da deficiência, a tua publicação ininterrupta, neste quarto de século, fez de ti uma referência de nível no panorama editorial em que te inseres.

Seguramente mais amado do que odiado, recaem sobre ti as críticas, quando és obrigado a assumir o feio papel de "voz do dono", altura em que os teus leitores, deficientes militares, se afastam de ti, num distanciamento que não mereces.

Montra do nosso querer e difusor da nossa voz, tu compartes com "parentes nobres" as "bodas de prata, celebradas em 23 de Novembro: Com a "Liberdade" e a "Democracia", que a comemoraram no dia "25 de Abril", e com o "encontro da justiça da nossa dignidade", acontecido a "14 de Maio", ao criarmos a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Neste dia, necessariamente de festa, saúdo, no teu director, na equipa que te redige, compõe, imprime e grava, todos os que te dedicaram o melhor do seu esforço e conhecimento, desde o número "0" ao "292".

Auguro-te um futuro sólido, na transparência do teu conteúdo, na clareza da tua mensagem, no exercício solidário da entreatura com todos os deficientes, na função de aglutinador de todos nós e na defesa da justeza dos objectivos da ADFA. •

tido a linha certa, que faz deste jornal a voz de todos os deficientes. Mas nem tudo tem sido rosas ao longo destes 25 anos; tempos houve em que a nossa voz estava sintonizada com o SNR; foi um período, quanto a mim, menos bom.

Mas águas passadas não movem

moínhos; temos que olhar para o presente e para o futuro; estou certo de que este corpo redactorial vai manter a nossa voz bem viva, para bem dos deficientes, não só da ADFA, mas sim de todos os deficientes em geral.

Zeferino Ribeiro

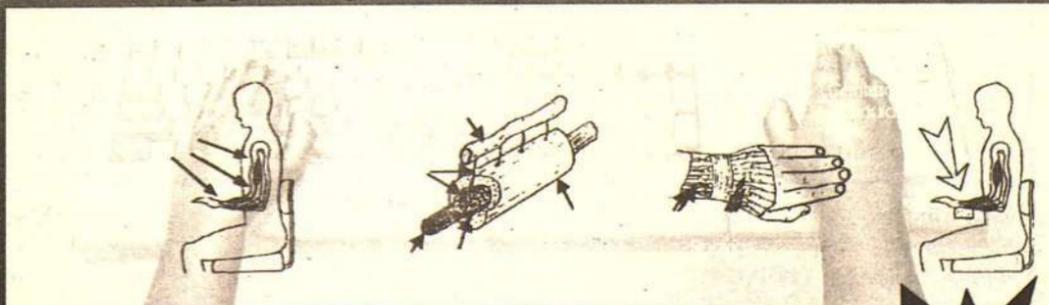
## Inédito e exclusivo em Portugal Mouse Pad's ergonómicas AIR MICRO

Os movimentos repetitivos aparentemente inofensivos têm causado sérios danos à saúde de milhões de operadores de computador em todo o mundo. Os casos de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) aumentam a cada dia. Nos EUA, 65% dos casos de afastamento do trabalho por invalidez são atribuídos às LER.

### A Tendinite é uma doença - Previna-se!

A maioria das vítimas de tendinite e tenossinovite são profissionais que trabalham diante de um computador. As Almofadas Ergonómicas AIR MICRO foram cientificamente desenvolvidas para actuar tanto na prevenção quanto no tratamento apresentando inúmeros casos de sucesso.

Falta de irrigação sanguínea capilar nas bainhas sinoviais e tendões:



Para mais informações, visite o nosso site: [WWW.corepre.pt](http://WWW.corepre.pt)

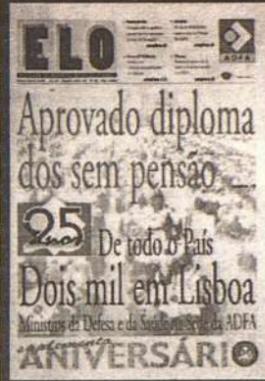
Ou contacte-nos:

COREPRE, LDA \* Av. D. João V, 52 R/C Dto - Damaia

2720-169 AMADORA - Fax: 21 490 13 39, Tel: 21 490 56 04

E-Mail: [corepre@corepre.pt](mailto:corepre@corepre.pt)

Neste Natal  
Cuide da sua saúde  
e dos seus amigos  
e familiares  
Ofereça AIR MICRO



# ADFA participa em exposição sobre o século XX português

FOTO: FARINHO LOPES



Rui Cunha visitou a exposição

Integrada nas comemorações oficiais do 25º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, a exposição "Liberdade e Cidadania - 100 anos portugueses" foi inaugurada no passado dia 18 de Novembro pelo Presidente

da República, Jorge Sampaio e contou com a participação da ADFA, que nela expõe um painel alusivo à sua postura para o próximo milénio.

Idéia e concepção do designer Henrique Cayatte, a exposição conta a história dos portugueses desde 1900, com recurso aos textos da autoria de António Costa Pinto, Cristina Ferreira, João Alfacinha da Silva, Margarida de Magalhães Ramalho e Patrícia Reis e às imagens recolhidas nos arquivos da Gulbenkian, da Câmara Municipal de Lisboa, do Centro Português de Fotografia, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Arquivo Histórico-Militar, entre muitas outras instituições, editoras, associações e centros de documentação.

A ADFA tem um balcão com livros, autógrafos e o "Cancioneiro do Niassa", entre outros artigos sobre a Associação, e o espaço reservado para o painel da ADFA situa-se perto da livraria e do balcão da Associação 25 de Abril.

Para o Presidente da República, Jorge Sampaio, "a ideia de olhar para o século vinte, tendo como ponto de partida as transformações produzidas em Portugal pelo 25 de Abril, era particularmente estimulante e correspondia ao desejo de que as comemorações desta data não fossem uma 'cosmética', nem um 'déjà vu'". O chefe de Estado realçou os dois aspectos patentes no título da exposição - Liberdade e Cidadania - considerando-os fundamentais e chamou a atenção de todos para o facto de esta exposição ser de um

"grande valor pedagógico para as gerações mais novas."

A exposição, que pretende ser uma "passagem de testemunho para as próximas gerações", encerra no dia 25 de Abril de 2000, podendo ser visitada por escolas e instituições que contarão com o apoio de 32 jovens da Associação Juvenil de Estudos e Comunicação que acompanham as visitas guiadas.

Os preços dos ingressos para a exposição sobre o século XX português oscilam entre os 400 escudos do bilhete normal e os 200 escudos para grupo formado por mais de 20 pessoas, ou portadores de cartão jovem, deficientes, estudantes, professores, sócios da Associação 25 de Abril e pessoas com mais de 65 anos de idade. Os grupos escolares pagam um preço de 150 escudos por entrada. •

R.V.

## VENDA DE AUTOMÓVEIS

## VENDA DE AUTOMÓVEIS

## VENDA DE AUTOMÓVEIS

## VENDA DE AUTOMÓVEIS

### VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Lupo</b>		
1.0 Concep	1.486.042.00	2.077.511.00
1.0 Concep AC	1.747.689.00	2.383.638.00
1.4 3P Highline	1.956.023.00	3.075.386.00
1.4 3P Highline Automat.	2.174.453.00	3.330.949.00
1.4 TDI Concep	1.908.249.00	3.077.373.00
<b>Polo</b>		
Fox 1.0 + DA 3P	1.610.978.00	2.248.612.00
Fox 1.0 + DA 5P	1.675.337.00	2.323.912.00
Net 1.4 3P	1.951.425.00	3.093.407.00
Net 1.6V Sport 3P	2.255.066.00	3.448.667.00
Fox 3P (VE+FC)	1.981.702.00	3.718.506.00
Fox 5P (VE+FC)	2.052.003.00	3.800.758.00
3 Volumes 1.4	1.912.540.00	3.047.911.00
3 Volumes 1.7 SDI	2.260.754.00	4.044.997.00
3 Volumes 1.9 TDI	2.711.193.00	4.967.798.00
Variant 1.4	1.925.058.00	3.068.407.00
Variant 1.7 SDI	2.450.416.00	4.272.751.00
Variant 1.9 TDI	2.781.690.00	4.985.930.00
<b>Golf</b>		
Confort 1.4 3p	2.233.769.00	3.441.287.00
Confort 1.4 5p	2.296.187.00	3.514.328.00
Confort 1.9 5p 90 cv	2.757.801.00	4.969.679.00
Highline 1.9 3p 115 cv	3.580.326.00	5.932.034.00
Highline 1.9 5p 115 cv	3.668.676.00	6.035.403.00
<b>Golf Variant</b>		
Highline 1.6	3.324.509.00	5.088.273.00
Highline 1.9	3.754.909.00	6.136.296.00
<b>Bora</b>		
Highline 1.9 TDI	3.799.319.00	6.188.255.00
Highline 1.9 TDI + AC	3.993.375.00	6.415.301.00
<b>Beetle</b>		
Highline 1.9 90 cv	3.237.080.00	5.530.436.00
Highline 1.9 Automático	3.435.230.00	5.762.271.00
<b>Passat</b>		
Confortline 1.6	3.452.266.00	5.243.599.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv	3.640.683.00	6.008.501.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv Aut.	3.980.236.00	6.405.778.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv Aut.	4.438.181.00	6.941.574.00
<b>Passat Variant</b>		
Confortline 1.6	3.686.640.00	5.517.816.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv	3.872.085.00	6.279.242.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv	4.330.028.00	6.815.035.00
Confortline 1.9 TDI Aut.	4.211.506.00	6.676.364.00
Trendline 1.9 TDI Aut.	4.669.450.00	7.212.159.00
<b>Audi A3</b>		
Ambit 3p 1.6	3.556.448.00	5.452.992.00
Ambit 5p 1.6	3.659.012.00	5.572.992.00
Att. 3p 1.9 TDI	3.591.102.00	6.037.992.00
Att. 5p 1.9 TDI	3.693.666.00	6.157.992.00
Sport 3p 1.9 TDI	4.129.564.00	6.667.993.00
Sport 5p 1.9 TDI	4.232.128.00	6.787.993.00

### Audi A4

Att. 1.6	3.983.798.00	5.952.992.00
Att. AV 1.6	4.214.568.00	6.228.842.00
Att. 1.9 TDI	4.403.068.00	6.987.992.00
Att. AV 1.9 TDI	4.633.837.00	7.263.842.00
Sport 1.9 TDI	4.633.837.00	7.257.992.00
Sport AV 1.9 TDI	4.864.606.00	7.533.842.00
Audi 1.9 TDI	5.682.429.00	8.549.843.00
Audi AV 1.9 TDI	6.007.214.00	8.935.692.00

### FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Seicento</b>		
Seicento S	1.052.792.00	1.474.000.00
Sport	1.245.584.00	1.859.000.00
Panda Young	1.058.775.00	1.481.000.00
<b>Punto</b>		
55 S 3P	1.300.285.00	1.923.000.00
55 S 5P	1.355.840.00	1.988.000.00
55 SX / 70 TD 5P	1.529.824.00	3.112.000.00
Van Stile	1.789.734.00	2.400.000.00
<b>Novo Punto</b>		
1.2 S 3P	1.329.338.00	2.059.213.00
1.2 ELX 5P	1.543.013.00	2.309.213.00
1.2 1.6 V ELX 5P	1.628.483.00	2.409.212.00
Sport 3P	1.943.868.00	2.778.213.00
Punto II GT 3P	1.929.355.00	3.668.083.00
<b>Palio</b>		
Weekend 1.2	1.908.643.00	2.737.000.00
Weekend 70 TD	1.816.149.00	3.447.000.00
<b>Bravo</b>		
1.4 SX	2.018.900.00	2.866.000.00
100 SX Autom.	2.272.245.00	3.769.000.00
105 JTD GT	2.357.628.00	4.464.000.00
<b>Brava</b>		
1.4 SX	2.061.635.00	2.916.000.00
105 JTD ELX	2.494.380.00	4.624.000.00
<b>Marea</b>		
1.4 SX	2.249.669.00	3.136.000.00
100 ELX Caixa Aut.	2.792.757.00	4.378.000.00
105 JTD HIX	2.920.876.00	5.123.001.00
130 JTD HIX	2.890.271.00	5.950.000.00
Weekend 1.4 SX	2.335.139.00	3.236.000.00
100 ELX Automática	2.878.227.00	4.477.999.00
105 JTD HIX	3.006.346.00	5.223.000.00
130 JTD HIX	2.975.741.00	6.050.000.00

### LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.397.721.00	2.037.000.00
Y 1.2 cx. Automática LS	1.832.575.00	2.641.000.00
Y 1.2 1.6V LS 3p	1.638.558.00	2.421.000.00
Delta HPE 1.6 1.6V	2.381.646.00	3.897.000.00

Delta 1.9 TDS	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00
Dedra TDS SW	3.002.514.00	5.252.885.00
Lancia Libra 1.6	3.495.321.00	5.199.999.00
Lancia Libra 1.9 JTD LX	3.456.773.00	5.750.000.00

### RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Twingo</b>		
Twingo Pack	1.368.750.00	2.034.380.00
Twingo Easy	1.484.134.00	2.169.380.00
<b>Clio</b>		
RN 1.2 3p	1.466.186.00	2.148.380.00
RXE 1.4 3p	1.745.634.00	2.807.380.00
RN 1.2 5p	1.531.143.00	2.224.380.00
RXE 1.4	1.810.591.00	2.883.380.00
RXE 1.9D	1.657.400.00	3.572.380.00
Société 1.9 (2 Lugares)	1.699.133.00	2.356.380.00
<b>Megane</b>		
RN 1.4 5p	1.988.772.00	3.097.380.00
RTE 1.4 AC 5p	2.116.977.00	3.247.380.00
RXE 1.9 DTI	2.738.145.00	4.842.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.934.726.00	5.072.380.00
<b>Megane/Carrinha (Break)</b>		
RTE 1.4 1.6 v	2.278.515.00	3.436.380.00
RXE 1.9 DTI	2.711.649.00	4.811.380.00
RXE 1.9 DTI Cx. Aut.	3.044.982.00	5.021.380.00
<b>Megane Classic</b>		
RN 1.4	2.031.507.00	3.147.380.00
RXE 1.9 DTI AC	2.780.880.00	4.892.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.977.461.00	5.122.380.00
<b>Megane Scénic</b>		
RTE 1.4 1.6 v	2.424.669.00	3.607.380.00
RXE 1.9 DTI AC	3.028.743.00	5.182.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	3.225.324.00	5.412.380.00
<b>Laguna</b>		
RXE 1.6	2.808.229.00	4.432.380.00
RXE 1.9 DTI	2.994.555.00	5.142.380.00
RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.148.401.00	5.322.380.00
RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.233.871.00	5.422.380.00
<b>Kangoo</b>		
RN 1.2	1.785.661.00	2.531.380.00
RN 1.9 D 55	1.772.602.00	3.716.380.00
<b>Kangoo Express</b>		
FAGTE RL 1.2	1.555.361.00	1.956.380.00
FAGTE RL 1.9 D	1.644.249.00	2.301.380.00
<b>OPEL</b>		
<b>Corso</b>		
Eco 1.0 3p	1.488.305.00	2.077.750.00
Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.147.750.00
"100" 1.2 3p	1.691.380.00	2.487.750.00
"100" 1.2 5p	1.751.209.00	2.557.750.00
Eco 1.5 TD 3p	1.801.493.00	3.087.751.00

Eco 1.5 TD 5p	1.861.322.00	3.157.750.00
Sportive 1.2	1.571.722.00	2.347.750.00
Sportive 1.5 TD	1.980.980.00	3.297.750.00
<b>Astra</b>		
Club 1.2 5p	2.255.483.00	3.147.750.00
Club 1.4 4p	2.347.709.00	3.547.750.00
Sport 1.4 3p	2.510.102.00	3.737.750.00
Club 1.7 TD 5p	2.405.364.00	4.177.749.00
Club 2.0 DI 5p	2.436.474.00	4.747.750.00
Club Caravan 1.4	2.433.179.00	3.647.750.00
Sport Caravan 1.4	2.681.042.00	3.937.750.00
Club Caravan 1.7 TD	2.526.023.00	4.317.750.00
Club Caravan 2.0 DI	2.556.132.00	4.887.750.00

<b>Vectra</b>		
1.6 XEL	2.981.860.00	4.667.750.00
Caravan 1.6	3.127.159.00	4.837.750.00
2.0 TDI 4P	3.086.047.00	5.507.750.00
Sport 2.0 TDI 4p	3.410.833.00	5.887.750.00
Sport Caravan 2.0 TDI	3.556.132.00	6.057.750.00
"100" 4p 2.0 TDI	3.342.457.00	5.807.750.00
"100" 5p 2.0 TDI Caravan	3.487.756.00	5.977.750.00
<b>Zafira</b>		
Confort 5P 1.6	2.862.202.00	4.527.750.00
Elegance 5P 1.6	3.186.988.00	4.907.750.00
Confort 5P 2.0 DI	2.812.542.00	5.187.750.00
Elegance 5P 2.0 DI	3.137.329.00	5.567.750.00

### FORD

MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Fiesta</b>		
1.2 1.6V 3p	1.453.942.00	2.219.350.00
1.2 1.6V 5p	1.539.412.00	2.319.350.00
1.8 D 5p	1.695.221.00	3.419.350.00
<b>Escort</b>		
1.4 5p	1.865.984.00	2.964.349.00
1.4 (Carrinha)	1.865.984.00	2.964.349.00
1.8 TD	2.075.563.00	3.864.350.00
1.8 TD (Carrinha)	2.075.563.00	3.864.350.00
<b>Focus</b>		
1.4 (Ambiente) 5p	2.191.135.00	3.339.350.00
1.6 Trend 3p	2.191.135.00	3.339.350.00
1.6 Guia 5p	2.382.388.00	3.939.350.00
1.8 Guia 4p	2.652.487.00	4.539.350.00
<b>Mondeo</b>		
1.6 IX 4/5p	2.821.013.00	4.454.350.00
1.6 (Carrinha)	2.966.312.00	4.624.350.00
1.8 TD GLX	3.001.573.00	4.964.350.00
1.8 TD (Carrinha)	3.186.074.00	5.163.648.00
1.8 TD Guia	3.357.615.00	5.301.351.00
1.8 TD (Carrinha)	3.528.555.00	5.564.350.00
<b>Galaxy</b>		
1.9 TDI GLX	4.617.243.00	5.794.350.00
1.9 TDI Guia	5.301.004.00	6.594.350.00
<b>Fiesta Van</b>		
1.8 D		

# Suplemento IV CONGRESSO

Neste suplemento dedicado ao IV Congresso da ADFA publicamos os temas para debate junto dos associados.

Alguns dos temas apresentados, pela sua extensão, encontram-se resumidos, podendo os associados interessados consultar as cópias na íntegra junto da Sede Nacional ou nas Delegações.

## Reabilitação, reintegração social e vida autónoma

### Introdução

É impossível tratar, as diferentes disciplinas que têm a ver com a deficiência de per si pois o homem é um todo nas suas vertentes singular, familiar e de cidadão. Tento nestas considerações ver a ADFA como um somatório de todos os associados que interagem e se completam neste espaço que é comum e obra colectiva.

A ADFA tem como grande valia não possuir líderes ou presidentes vitalícios, não somos anarcas mas sempre rejeitamos o culto aos chefes providenciais privilegiando as soluções encontradas na livre discussão das ideias.

### Análise conjuntural

Há 25 anos que na ADFA, cada um de nós procura encontrar em colectivo respostas para os problemas que a deficiência nos trouxe. Antes do 25 de Abril sentimos o que era sofrer sozinho, isto é sermos só nós a fazermos o diagnóstico da nossa mazela e tentarmos por empirismo encontrar paleativos que minorassem os problemas. Quando ficamos deficientes, debatemo-nos com as dificuldades próprias desse infortúnio e enfrentamos uma sociedade fria e estranha que nós não conhecíamos e que reagiu da pior maneira em relação ao novo ser que eles julgam que passamos a ser.

Foi difícil sentirmos a cariedade aplicada a nós e hoje não é menos penalizante verificarmos que da caridade à solidariedade ainda vai uma distância enorme e todos os dias esta barreira parece ser mais intransponível.

Em Portugal há várias bolsas de exclusão em que estão individualizadas as pessoas deficientes, os tóxicos dependentes, os ex-reclusos, as minorias étnicas, etc, etc. Embora com as respectivas singularidades verificamos que as dificuldades de reintegração social destes grupos são semelhantes, o direito à cidadania plena é negado a todos, não têm direito ao trabalho, não têm direito ao ensino, não têm direito a circular na via pública como os outros seres humanos e o artigo 71 da Constituição da República que é universal não se lhes aplica. Temos assim, como verdade, que as minorias no nosso país são um submundo dentro deste mundo que pertencem a todos. Estar em tempo de Congresso é reavaliar o passado da Instituição e preparar os caminhos do futuro», numa perspectiva de que já muito tempo foi mal gasto, ou desperdiçado melhor dizendo. Reabilitar é trazer o homem, moral e fisicamente despedaçado, para o local onde antes esteve, dando-lhe para tanto conhecimentos científicos e as melhores ajudas técnicas que existirem, e só podemos concluir que a reabilitação foi positiva se do homem que no leito do hospital sofria as primeiras dores da deficiência vier a renascer um homem novo, com capacidades restantes suficientes para ganhar o seu sustento e com uma força anímica que faça dele um homem integrado sócio-familiarmente e sobretudo feliz.

Não há reabilitação de massas, pois a obra

prima desta indústria é singular e cada ser tem a sua personalidade própria, os seus anseios e as suas ambições. Não há assim, modelos standar e o agente da reabilitação tem forçosamente de ser criativo, tem de saber ouvir o reabilitando e necessita sobretudo de fazer com ele uma equipa onde nasçam bons Laços de trabalho e confiança.

Não devemos pensar que no nosso caso a reabilitação, foi quando tínhamos 20 anos, pois ela tem de ser contínua, estar presente ao longo da vida, e pelo menos a passagem regular por centros de reabilitação devia acontecer periodicamente.

A ADFA hoje, é aquilo que nos quisemos que ela fosse durante este quarto de século de existência. E generalista e pouco preocupada com as especificidades e todos nós sentimos que ela, ou seja nós, quase nada fez, em matéria de reabilitação pelos grandes deficientes como por exemplo os cegos, os tetra e os paraplégicos, os grandes amputados, pelos grandes deficientes do

sociedade na mais perfeita rejeição. Quase diria com mágoa e remorsos que temos um belo gigante com pés de barro, que várias vezes ao longo das vicissitudes de um quarto de século esteve para cair, mas que arranhou sempre a força anímica, própria dos ex-combatentes, para se segurar mas não para se redimir e prosseguir num caminho que fosse mais útil e tivesse só a ver com as necessidades acrescidas que os associados têm na vida por motivo das suas incapacidades.

Não estará muito longe disto a ADFA que temos, que embora instituição que muito fez na área da mudança das mentalidades, pouco fez nos terrenos da reabilitação e da valorização dos seus membros, que tantas vezes se afastam dela, em virtude de não nos trazer mais valias em termos das nossas necessidades específicas.

### O que é necessário fazer?

- Os associados eleitos para os órgãos

guerra, como evoluem, efeitos secundários a nível da audição por exemplo, lesões progressivas da coluna, stress da deficiência e outros aspectos. Compete aos Serviços de Saúde Militares colaborarem nesta tarefa.

- A deslocação de associados ou técnicos a fóruns nacionais ou internacionais em representação da ADFA tem de trazer sempre mais valias para a associação e consequentes benefícios para os sócios.

- O jornal «ELO» deve também estar ao serviço da reabilitação e nele os associados devem encontrar uma referência no que respeita as inovações tecnológicas na área das ajudas técnicas e tratamentos existentes.

- A nossa terceira idade será aquilo que os associados neste congresso exigirem que seja feito pelos nossos dirigentes. Devemos estar cientes que o Estado não resolve tudo e neste aspecto nem fará nada, ou a ADFA, ou seja todos nós, somos determinados e pragmáticos ou então cada um morrerá a seu canto.

- Compete também à ADFA acompanhar os associados no meio familiar, quando a situação o exija e deve comportar-se como um garante serenidade e esperança. Ser familiar de uma pessoa deficiente não tem que ser uma fatalidade.

Todos espaços associativos têm de ser humanizados de molde a permitir que os associados tenham a vontade para expor os seus problemas que por vezes são de índole muito íntima e melindrosa.

- A ADFA deve ter como princípio sagrado que os associados que vivem fora dos grandes centros não poderão, a título algum serem discriminados em relação a outros associados residentes na área de Lisboa ou Porto, no que se refere ao acesso aos meios humanos e técnicos de reabilitação.

Na vertente externa a ADFA, deve continuar a sensibilizar a opinião pública para a problemática da deficiência, e embora estas sementes que agora lançamos à terra só venham a dar frutos para as gerações de pessoas deficientes vindouras cumpre-nos executar tal tarefa. Depois de uma boa reabilitação individual é imprescindível que a sociedade aceite naturalmente a pessoa deficiente com a suas diferenças e especificidades. Diríamos que a sociedade ideal neste aspecto seria aquela onde os deficientes passassem despercebidos, sinal de uma reabsorção social plena.

Pretendi com esta minha modesta colaboração ajudar as discussões de preparação do IV Congresso da ADFA, pensando que as mesmas terão de ser polémicas, viris, profundas e disseccadoras do universo de problemas que nos perturbam com vista a encontrar novos e salutar caminhos para prosseguirmos.

Jorge Manuel Garrido P. Maurício



foros psíquico, pulmonar e outros. Por norma sentimos a consciência tranquila por que temos uma Sede com muitos departamentos, onze delegações, bares e restaurantes, medalhas, autocolantes calendários pósteres e outros materiais de divulgação. Esta é a nossa grande ADFA, quantas vezes megalomana, muito conhecida no plano nacional e internacional, mas que não vai a casa do associado necessitado, não sabe quais são as ajudas técnicas que há nos mercados nacionais e internacionais, não tem soluções para a terceira idade e é manifestamente incapaz de fazer um mínimo pelos sócios que além de serem deficientes são excluídos da

sociais, têm de ter em mente que a prioridade da adfa é desenvolver medidas de reabilitação modernas para todo o universo dos associados com inegável qualidade.

- Redefinir o conceito de grande deficiente e clarificar quem são os «Grandes Deficientes das Forças Armadas». Se não há dúvida que os cegos ou os paraplégicos são grandes deficientes é necessário ponderar a partir de que percentagem de incapacidade um deficiente do foro psíquico ou pulmonar, por exemplo, deve ser considerado grande deficiente.

- A ADFA deve promover congressos, simpósios e vários estudos clínicos para aqulatar das especificidades dos traumatismos de

# Suplemento IV CONGRESSO

## Reflectir a Associação (resumo)

A ADFA encontra-se já a trilhar o Portal dos 25 anos e desde a sua fundação que vem reivindicando direitos e exigindo as reparações justas e legítimas dos seus associados. Tem sido através de uma luta persistente e constante que alguns desses direitos já foram conseguidos, mas muitos outros ainda estão por alcançar e é por isso que, independentemente das intempéries que a cada momento nos assolam, não devemos deixar que esse rastilho nos abata e nos afaste da Associação, mas antes, concentrar ainda mais a nossa união no objectivo comum que é ajudar a fortalecer e a desenvolver as

condições indispensáveis que contribuam não só para as conquistas dos nossos direitos, mas também, que cativem e despertem em todos nós associados o interesse positivo pela ADFA.

Tendo presente tudo aquilo que se colocou em prática nas várias áreas de actividade, nomeadamente nas de carácter social, cultural, profissional e outras, contudo, lamenta-se que nas áreas do associativismo e desporto a Associação não tenha sabido ir além de iniciativas e eventos pontuais, que nem sempre consertaram o incentivo suficiente e necessário para motivar e aglutinar os associados na frente participativa.

Quer isto dizer que ainda subsistem largos espaços vazios que carecem de estímulo e implementação de acções, particularmente nas actividades do Associativismo, Animação, Lazer e Desporto, por forma a impulsionar nos associados forte motivação de participarem e colaborar na vida associativa da ADFA.

É sabido que as acções culturais e artísticas têm um papel importante junto dos sócios, mas verifica-se que para muitos outros associados ainda não se encontrou um quadro cultural de interesse e motivação que os leve a participar mais positivamente na vida associativa, pelo

que, é necessário e indispensável reflectir-se no sentido de se encontrar mais vias expansivas da cultura, promovendo e dando lugar a uma maior abrangência na Associação.

Também, é fundamental e necessário termos presente de que a maioria dos associados já se encontram pisando a meia idade e por esse facto muitos já expandiram a sua família a filhos e netos e esta realidade deve estar presente sempre que se promovam acções quer de carácter social e associativo como outras de ordem cultural e desportiva.

Luis Baltasar  
Manuel Lopes Dias

## Posição da ADFA na FMAC (resumo)

### A Situação na FMAC

Ao retermos as teses do 3º Congresso da ADFA, realizado em 1989, verificamos que as relações externas a nível internacional foram alvo de reflexão por parte dos congressistas.

Pensamos que as grandes linhas programáticas expressas nas conclusões do Congresso acerca deste assunto foram levadas à prática pela ADFA, com as necessárias adaptações decorrentes das grandes transformações surgidas na cena internacional.

Aliás a própria Federação Mundial dos Antigos Combatentes Vítimas de Guerra (FMAC) teve de enfrentar a pressão dos acontecimentos internacionais marcantes, como o fim da ex-União Soviética e o alastrar de inúmeros conflitos locais e regionais, especialmente nos países em vias de desenvolvimento.

No nosso entender existem quatro vectores de pressão que vão obrigar necessariamente a FMAC a alterar a velha postura de "clube" dos representantes, quase vitalícios nalguns casos, das associações europeias e norte-americanas.

Vamos apresentá-los sumariamente, porque são fundamentais para se poderem traçar rumos de acção a médio prazo.

### Conclusões

No nosso entender uma tese para um Congresso na ADFA deve ter um contributo que descreva a realidade sob uma forma polémica.

Pretende-se envolver, debate e análise aprofundada dos vários temas.

Nesta perspectiva apresentamos algumas conclusões abertas e não redondas, em termos de pensamento.

#### 1. Presença da ADFA na FMAC

A pergunta que inevitavelmente teremos de fazer é a de que se valerá a pena continuarmos na Federação.

A resposta, no nosso entender, depende da evolução da ADFA e da própria FMAC.

É verdade que a Federação tem actualmente uma dimensão planetária e que ela própria está a atravessar um período de evolução muito importante.

Será que a organização vai ter capacidade de dar minimamente resposta às tremendas solicitações de que é alvo? E se não for, o que acontecerá?

Com algumas reservas, sou forçado a concluir que deveremos continuar a estar presentes e actuantes.

#### 2. Objectivos da ADFA na Federação

Parece-me que os objectivos a atingir são em termos ideais os previstos nos nossos Estatutos, com uma perspectiva universalista e aplicada a todos os ex-combatentes e vítimas de guerra.

Mas há a acrescentar os ideais da paz e da busca para a resolução de conflitos por vias pacíficas.

Há portanto aqui um alargamento de grande alcance, embora não contraditório com o espírito de abertura que nos caracteriza.

#### 3. Meios a afectar internamente

A relativa fragilidade dos nossos meios deve ser equacionada e resolvida.

O empenhamento da ADFA na Federação deve ter uma prioridade relativa, mas minimamente capaz de não nos envergonhar.

Volto a referir a necessidade de existência de uma comissão informada, no âmbito dos Órgãos Nacionais ou não, que analise, pondere e oriente colectivamente o (os) representante(s) da ADFA na Federação.

Os recursos financeiros disponíveis no nosso Orçamento para o efeito, devem ser cuidadosamente ponderados de modo a evitar abusos.

Os nossos representantes devem ser associados com espírito de missão, com o mínimo de cultura e de capacidade de expressão em idiomas, nomeadamente em francês ou inglês.

Embora possa parecer polémica a afirmação, um dos nossos representantes deveria ser uma associada porque grande parte dos problemas resultantes da guerra afectam, cada vez mais, as famílias, as mulheres e as crianças.

Este aspecto que poderá parecer um pormenor, é importante e cada vez mais relevante.

#### 4. Difusão das Actividades em Portugal

Para contribuímos para a inserção da ADFA, na sociedade portuguesa temos de fazer um esforço maior de divulgação das nossas actividades a nível internacional.

Em relação aos Órgãos de Soberania e associações especializadas, a apresentação do trabalho efectuado só nos poderá ajudar internamente na prossecução dos objectivos estatutariamente definidos, sem esquecer o importante e vital aspecto de reivindicação legislativa.

Augusto António Catarino Salgado

## Novas estruturas de desenvolvimento da ADFA

Passados que estão 25 anos da fundação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sente-se a necessidade de repensarmos os caminhos que pretendemos percorrer para o futuro, tendo em conta, o seu funcionamento actual e o modo como nos organizámos para dar suporte à realização dos objectivos, a que então nos propusemos e que ainda hoje estão plenos de actualidade, embora alguns, ainda não tenham sido conseguidos na sua plenitude.

Esta reflexão deve ser essencialmente dirigida para uma nova fase do desenvolvimento da nossa Associação. A criação de serviços para dar resposta aos associados com mais necessidades.

Não é o mudar, pelo prazer de mudar, mas o reajustar e preparar a organização ADFA, para dar resposta às novas realidades e desafios que a sociedade moderna e a nossa integração na Comunidade Europeia nos apresenta.

A actual estrutura organizativa da Associação, que assenta numa sede e 11 delegações

distribuídas pelo País, com ligações aos Palop, foi ao longo deste quarto de século, e continua a ser, o único suporte de toda a actividade associativa na defesa e promoção dos interesses dos nossos associados, com um forte pendor reivindicativo.

Conseguimos alcançar, neste período, muitos dos objectivos a que nos propusemos, no campo legislativo com melhorias sociais, económicas, culturais, etc.. Mas, também durante este período, vimos degradar-se -- apesar das constantes advertências da ADFA -- a estrutura militar na área da saúde e assistência, o que para nós pessoas portadoras de deficiência nos preocupa de sobre maneira.

O desinvestimento que o Estado tem vindo a efectuar nesta área militar, a fase etária em que se encontram a grande maioria dos nossos associados e as políticas que o actual governo vem desenvolvendo nesta área da saúde e

assistência, leva-nos a ter que repensar o posicionamento futuro da ADFA nesta matéria.

A questão que se nos põe é saber se devemos continuar a exigir o apoio e assistência exclusivamente prestada pelo Estado, conforme está consignado em Lei, mas que na prática não dá resposta capaz, ou, por outro lado, tentar criar as nossas próprias estruturas de assistência -- não como alternativa, mas em complementaridade -- exigindo ao Estado o apoio para a sua concretização e, em parceria com outras organizações?

Esta análise que alguns associados tem vindo a equacionar ao longo destes últimos anos, face às dificuldades na implementação de alguns serviços, no actual quadro organizativo, aponta para a necessidade da especialização das estruturas organizativas.

Isto é, se for de facto a vontade dos associados, a criação de uma estrutura que torne

exequível a criação de serviços tais como, a assistência médica, apoio domiciliário, lares, etc., a nível nacional, com os níveis de qualidade que os nossos associados têm direito, há necessidade inevitável de se criar uma estrutura enquadradora destes serviços e de outros que a ADFA venha a decidir criar.

Essa estrutura, pode vir a tomar a forma de uma Fundação ADFA, obtendo-se assim a possibilidade de se conseguir outros meios de financiamento, que não só os do Estado, e a abertura a outras organizações.

A ADFA, enquanto associação, continuará a ser o garante na defesa dos interesses dos deficientes militares.

O desenvolvimento, em tese, desta matéria será elaborado pelos associados Jerónimo de Sousa, Guilherme Vilaverde, Humberto Sertório, Sarmiento Coelho, Ludgero Sequeira.

Humberto Sertório

## Justiça e Legalidade

É quase um lugar comum dizer-se que o ordenamento jurídico português é profuso em normas jurídicas directa ou exclusivamente relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

Esta constatação faz-se desde logo ao nível da Lei Fundamental, que consagra o artigo 71º aos cidadãos portadores de deficiência, tema que volta a ser recuperado um pouco mais adiante, a propósito do direito à educação (artigo 74º, n.º 2, alínea g)).

Em patamar imediatamente abaixo, segue-se a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Lei n.º 9/89, de 2 de Maio, alargando-se depois à base da pirâmide num vasto elenco de Leis, Decretos-Leis, Resoluções e Regulamentos, geralmente cobrindo sectores específicos como a organização associativa, a saúde, a formação profissional e o emprego, a educação, o desporto, o acesso à informação, e tantos outros.

Se atentarmos na legislação específica aplicável aos deficientes militares, verificamos que se tem incorrido muitas vezes na tentação de proclamar a nossa legislação como uma das mais avançadas e progressistas dos ordenamentos jurídicos que nos estão mais próximos.

Mas se chamarmos as coisas pelo seu verdadeiro nome, temos de admitir que nesse caso nos estamos a referir somente ao estatuto dos DFA, consagrado no DL 43/76, que abrange menos de 50 por cento dos associados inscritos na ADFA.

Legislação mais recente, como o DL n.º 314/90, com posteriores alterações, e o novíssimo DL n.º 250/99, vieram atenuar situações de calamitosa injustiça que perduraram durante 25 anos, para o último caso.

Neste ponto, importa questionar:

- Muitas Leis significa Justiça?
- A actual legislação aplicável aos deficientes

militares é considerada por estes, na sua generalidade, justa, adequada, ressarcidora das desvantagens originadas pela deficiência ou doença adquiridas no cumprimento do dever cívico?

- É justo que a possibilidade de reavaliação da equiparação do serviço a campanha tenha ficado "cristalizada", por actos administrativos que se tornaram definitivos e irrecorríveis, constatando os interessados que casos similares são hoje apreciados favoravelmente?

- É admissível que, com cobertura legal, seja possível a caracterização diferenciada de casos provenientes do mesmo acidente?

- Será justa e tolerável a dimensão da diferença existente entre os diversos estatutos aplicáveis aos deficientes militares?

- No actual quadro socio-político será possível estabelecer uma nova filosofia para o enquadramento jurídico dos deficientes militares,

mais justo, menos diferenciado, mais consensual?

Acreditamos que sim. É nesta linha que nos propomos desenvolver uma tese para o IV Congresso da ADFA, tentando redefinir os conceitos fundamentais de campanha, serviço, nexo de causalidade, dar maior ênfase ao grau de incapacidade, propondo a desanexação do "serviço" do Estatuto da Aposentação, lançando as bases de um projecto de diploma legal que reúna em moldes mais unitários e harmoniosos as normas jurídicas concernentes ao deficiente militar.

Uma última palavra para acrescentar que esta ideia de justiça deve ser concretizada através do reforço das garantias e benefícios dos estatutos menos favorecidos, tendo por horizonte permanente a defesa intransigente dos direitos adquiridos. •

José Adelino Guerra

## Base para a política reivindicativa da ADFA

### A - Princípios Gerais

1 - A legislação existente é, no essencial, resultante das situações decorrentes do serviço militar obrigatório. As situações imergentes do novo modelo do serviço militar (de voluntariado ou de contrato) não é objectivo deste trabalho, embora seja premente a necessidade de adequar e alargar a legislação à nova realidade.

Há que reconhecer que os dois modelos de serviço militar são diferentes perante o indivíduo, no modo de incorporação, não podendo nunca o reconhecimento à reparação por danos causados no exercício da função militar, ser menor para aqueles que a fizeram no modelo obrigatório.

2 - Esta base de trabalho tem por objectivo contribuir para a definição dos princípios gerais que suportem os aspectos reivindicativos da ADFA perante as situações, na actual legislação, não devidamente contempladas; não devidamente interpretadas por restrição dos conceitos e por inadequada clarificação e delimitação destes.

3 - O serviço militar obrigatório, que não faz parte da formação, desenvolvimento ou afirmação da carreira profissional do indivíduo, traduz-se, pelo contrário, em danos irreparáveis nesta, quer pelo atraso na entrada e na formação e estruturação dessa carreira e, no aumento de dificuldades relativas ao grau de incapacidade adquirida.

4 - Desde que "parte para a vida militar" até que "regressa a casa", por passagem à reserva na disponibilidade ou licenciamento, o militar está disponível para o exercício da função, 24 horas por dia de todos os dias do ano, o que a distingue do exercício das outras funções profissionais.

5 - A legislação deve representar um instrumento para a reabilitação e reintegração social, profissional e económica.

As ajudas técnicas como elementos básicos à reabilitação e reintegração devem ser direitos dos portadores de deficiência, que merecem um tratamento especial e não entendidas, nunca, como um artigo de luxo.

### B - Conceitos

1 - Durante a prestação do serviço militar, quanto à origem da deficiência, temos duas realidades distintas:

1.1 - Acidentes ou doenças relacionados com o exercício das funções e deveres militares ou em consequência destes.

1.2 - Acidentes ou doenças sem relação com o exercício das funções ou deveres militares.

Nos casos referentes ao ponto 1.2, a responsabilidade do Estado deve ser definida na sua política social geral, ficando garantidos, pela sua condição de militar, o direito à saúde e ajudas técnicas.

Nos casos referentes ao ponto 1.1, há a considerar:

a) Os acidentes ou doenças ocorridos durante o exercício normal da função militar ou em consequência desta - Deficientes do Serviço Militar.

b) Os acidentes ou doenças ocorridos no exercício da função militar em ambiente de Campanha ou em consequência deste - Deficientes do Serviço de Campanha ou Campanha.

Aos deficientes do serviço militar (DL 30/87 e DL 463/88) deve ser integrado no conceito, os acidentes ocorridos no tempo e no trajecto das deslocações de, e para, o serviço (in itinere).

Aos deficientes de campanha (DL 43/76) o conceito deve abranger as colunas operacionais de transporte de pessoal, de reabastecimento (incluindo idas à água ou à lenha) desde que ocorridos no teatro de guerra (zonas de intervenção); as situações de Stress de Guerra; acidentes com arma de fogo (sem indício criminal); prisioneiros de guerra, desde que não intencional e pelo próprio (ressalvar tentativa de suicídio para não denunciar em interrogatório).

3 - Devem ser consagrados 3 conceitos para 3 diferentes grupos na base do grau de deficiência:

a) Pequena deficiência (reduzida perda de capacidade geral de ganho).

< 30% de incapacidade

b) Média deficiência (significativa perda de capacidade de ganho).

30% de incapacidade < 60%

c) Grande deficiência (muito significativa ou total perda de capacidade de ganho).

60%

Nota - Todos os direitos consagrados na actual legislação são direitos adquiridos e não devem ser alterados sem o aval da ADFA.

4 - a) Para os deficientes de campanha mantêm-se os actuais critérios de cálculo e actualização das pensões.

b) Para os deficientes de serviço deve ser melhorado o cálculo das pensões por alteração da fórmula de cálculo actual ou pela indexação de percentagem do salário mínimo nacional.

c) Deve ser feito um levantamento da situação nacional referente ao Stress de Guerra e garantir respostas adequadas.

### C - Estratégia Reivindicativa

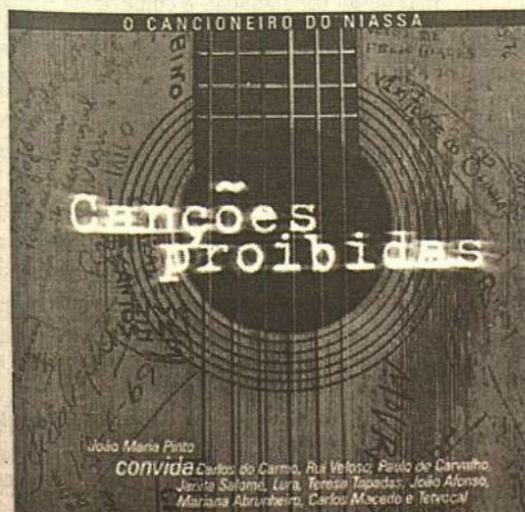
1 - Clarificação dos conceitos existentes de modo a incorporar as situações justas ainda não contempladas.

2 - Negociação reivindicativa por áreas e, se necessário, caso a caso.

3 - Aceitação de todos os avanços (melhorias) sem comprometer os objectivos finais de reivindicação.

4 - Previlgiar o diálogo. •

José Luís Noronha



Este Natal ofereça as  
"Canções Proibidas"  
que contribuíram para a queda  
do antigo regime

CD à venda na Sede e Delegações

2 700\$00

# Suplemento IV CONGRESSO

## Motivos para reflexão

Decorridos 25 anos da criação da ADFA com muitos dos seus objectivos já alcançados, novos problemas se colocam aos deficientes das Forças Armadas.

Qual o caminho a seguir pela ADFA para ir ao encontro dos seus associados na solução dos problemas de hoje e do futuro próximo?

O que fazer perante os novos desafios?

Um dos temas centrais a tratar em Congresso, conforme decisão do Conselho Nacional, é a abordagem do desenvolvimento da ADFA tendo em conta a estrutura actual e a procura de novas formas que possam ir ao encontro da dignidade do deficiente no quadro de uma sociedade em permanente mutação com especial

atenção para as suas necessidades na fase etária em que a grande maioria se encontra.

Qual o papel a adoptar, pela ADFA, nos tempos actuais e principalmente para o futuro?

1. Queremos a ADFA, estruturada e organizada numa perspectiva essencialmente reivindicativa dos interesses fundamentais dos Deficientes das Forças Armadas, que tenha em conta o seu conceito estatutário de deficiente, na sua heterogeneidade e atenta ao estágio etário dos seus associados? Uma ADFA que exija do Estado o papel primeiro e único de zelar pela criação e manutenção de estruturas para o bem estar dos deficientes?

2. Queremos que a mesma ADFA se substi-

tua ao Estado, criando e organizando as mesmas estruturas através do apoio deste?

3. Ou queremos uma ADFA que continua a exercer o papel reivindicativo perante o Estado para que se criem novas estruturas e se desenvolvam as já existentes sem que, tal atitude, seja impeditiva de, também a ADFA, criar e desenvolver por iniciativa própria ou em parceria com outras instituições algumas estruturas de complementaridade?

É nesta escolha de opções que devemos centrar a nossa discussão e levar até às últimas consequências a opção que vier a ser preferida.

O tempo urge e a fase etária em que a

grande maioria dos DFAS se encontra exige que sejamos claros nas opções e que tenhamos a coragem de, se assim for a vontade dos associados da ADFA, alterar a situação actual que exigirá da ADFA,

Reformulações:

- no se quadro jurídico.
- na sua estrutura de gestão e financiamento.
- na sua estrutura orgânica e funcional.

Projectar um quadro global que integre as opções no contexto atrás descrito é o que me proporei. •

Joaquim Mano Póvoas

## Política de Reabilitação e Integração Social da ADFA

### 1. Intervenção da ADFA

A ADFA tem vindo ao longo dos seus 25 anos a desenvolver um conjunto variado de actividades visando apoiar a integração social e profissional dos seus sócios.

Em conformidade com a premência sentida pelos sócios, privilegiou as dimensões administrativo-jurídica, profissional e físico-funcional, a par com algum apoio social e médico.

Dispõe hoje de um conjunto de intervenções muito significativo ao nível de:

- apoio jurídico e administrativo
- apoio social
- ortoprotesia e ajudas técnicas
- assistência médica
- reabilitação profissional

Para além das intervenções que ocorrem na Sede, Delegação do Porto e noutras Delegações, participa como co-titular no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e tem outros projectos de intervenção, numa postura que prestigia extraordinariamente a ADFA, isto é, uma perspectiva aberta, fraterna e solidária, prestando serviços também a outras pessoas com deficiência e não só aos seus sócios.

### 2. Os novos problemas a resolver

As respostas actuais são insuficientes para apoiar a resolução de um conjunto de problemas, vitais para a qualidade de vida dos sócios:

- isolamento pessoal
- problemas familiares
- apoio à qualidade de vida dos sócios dependentes, em situação de isolamento ou com apoio familiar reduzido
- problemas de saúde que carecem de planos e de estratégias activas e diversificadas em sócios com dificuldades de os implementar, por si ou com apoio familiar
- problemas pessoais, de carácter existencial, a necessitar de alguém que ajude, conversando e aconselhando
- ocupação de tempos livres de forma activa e interessante
- apoio especializado à grande deficiência e à terceira idade

### 3. A pedra de toque do projecto associativo

A caminho de ver cumprida no essencial uma das suas missões fundamentais - a defesa dos interesses e direitos dos sócios - a ADFA deve encarar como missão cada vez mais importante no seu projecto o apoio à cidadania e à qualidade de vida dos seus associados.

Nessa missão ela foi e continuará a ser insubstituível.

A ADFA deverá ser cada vez mais um espaço de convívio, de solidariedade activa, a almofada onde os seus sócios podem confiar para desabafar mágoas, para ouvir conselho, para procurar apoio.

Na evolução das políticas sociais conta-se cada vez mais com as novas solidariedades e cada vez menos apenas com a solidariedade do Estado.

Nas novas solidariedades, a mais nobre, a mais eficaz é sem dúvida a dos pares, a dos que se associam para em conjunto resolverem os seus problemas.

O avançar da idade, a saída da vida activa, o agravamento dos quadros de saúde de todos e nomeadamente dos grandes deficientes, coloca desafios novos aos quais a ADFA deverá responder.

### 4. Domínios estratégicos de intervenção

- vida autónoma:
  - apoio a dependentes
  - desenvolvimento da autonomia na vida diária
  - assistência médica e social:
- NB. Especialização para a grande deficiência e para a terceira idade
- apoio domiciliário e residencial para idosos e dependentes
  - ortoprotesia e ajudas técnicas
- Avaliação dos problemas, definição de soluções, fornecimento ou encaminhamento para fornecedores
- ocupação dos tempos livres

Retirar os sócios do isolamento, da solidão ou das formas menos interessantes de ocupação do tempo

Exemplos de iniciativas:

- Almoços de convívio "terapêutico"
- Desenvolvimento de encontros temáticos, por tipo de problemas ou por grupos de interesse
- Ateliers de:
  - informática
  - artes plásticas
  - bricolage
  - outros
- comunicação periódica com os associados com problemas, para apoio, diagnóstico de problemas e articulação continuada

### 5. Modelo de Gestão

- coordenação nacional da política:
- plano operacional

- plano técnico
- serviços próprios - já existentes em Lisboa e no Porto
- criação de novas respostas quando justificado e possível
- encaminhamento para soluções da comunidade, sempre que os serviços próprios não possam resolver ou não existam - Delegações.

As Delegações poderão desempenhar um papel imprescindível ao servirem de mediadores, de facilitadores do acesso a esses recursos comunitários, funcionando assim como interfaces activas, atentas e disponíveis para detectar problemas e encontrar soluções.

criação do voluntariado na ADFA para intervir nestes domínios.

Sócios da ADFA com perfil ajustado e alguma formação específica - assegurada pela ADFA - que funcionariam como animadores, como conselheiros. Fariam a ponte entre os sócios e os técnicos.

### Financiamento

- orçamento da ADFA para a dimensão mínima dos serviços - já existente aliás. Esta é uma missão estratégica da ADFA e por consequência terá de investir aí recursos.
- participações das ADM(s)
- financiamentos específicos para projectos específicos
- Segurança Social
- Defesa Nacional
- etc...

### 6. Em conclusão

Pretende este documento apoiar a reflexão em torno da consciência da necessidade de desenvolver os serviços que a ADFA presta aos sócios, nos domínios da reabilitação e do apoio social.

Tal desenvolvimento passa:

- 1º - pela identificação dos problemas dos sócios e das suas necessidades
- 2º - pela introdução de uma dinâmica de coordenação nacional, que oriente os serviços já existentes - de dimensão significativa - para níveis de qualidade e de eficácia acrescidos
- 3º - pela introdução de novas preocupações, novos serviços e nova dinâmica associativa

No horizonte desta estratégia estará concertada o apoio à cidadania e à qualidade de vida dos sócios da ADFA.

### Política Nacional de Reabilitação e Integração Social

A consagração clara e inequívoca dos

direitos das pessoas com deficiência constitui uma conquista política importante das últimas décadas.

Todavia as boas políticas não bastam por si só para que existam boas práticas!

Apesar dos desenvolvimentos verificados em Portugal nos últimos anos, continuam as pessoas com deficiência a debater-se com problemas e dificuldades para aceder à plena cidadania.

Ao nível das opções técnicas e metodológicas, Portugal está ao melhor nível do que se conhece sobre a matéria. O problema coloca-se a outro nível.

É necessária uma vontade política forte que adopte medidas eficazes e decididas! É necessário mobilizar os diversos actores sociais - as famílias, as associações representativas, os empregadores, a administração pública, as autarquias... - para uma intervenção continuada e ajustada, viabilizando a plena participação social.

Para tal impunha-se que os organismos governamentais que coordenam a política de reabilitação fossem efectivamente capazes de planear, coordenar e gerir essa política.

Impõe-se assim que o Governo assumira a importância e a relevância social dessa política e actuasse em conformidade, adoptando as medidas e afectando os recursos necessários.

O Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência deveriam assumir efectivamente as missões que lhes estão consignadas e cumprir as funções para que foram criados, o que não tem acontecido na plenitude.

É importante que as organizações representativas das pessoas com deficiência assumam também as suas responsabilidades nesta matéria, contribuindo, activa e decididamente, para que a política nacional seja ajustada e para que os organismos referidos funcionem, de facto, e sejam capazes de influenciar as políticas e as práticas que no dia-a-dia não-de assegurar às pessoas com deficiência a cidadania plena e uma vida com qualidade.

A ADFA tem naturalmente um importante papel a desempenhar nesta matéria, tendo em conta a sua história e a sua relevância na sociedade portuguesa. •

Jerónimo de Sousa

Audiências em Belém e no MDN

# Jorge Sampaio pode estar presente no IV Congresso da ADFA

FOTO: RAFAEL VICENTE



Elementos da Direcção Nacional em audiência com o Presidente da República

A ADFA expressou ao Presidente da República o desejo de que estivesse presente no IV Congresso Nacional, no passado dia 2 de Novembro, no Palácio de Belém, aquando da audiência em que também foram abordadas as questões legislativas que fazem parte do caderno reivindicativo da ADFA que dias mais tarde, foram alvo de informação junto do ministro da Defesa.

A DN congratula-se com o facto de o Presidente ter manifestado o seu gosto em vir a estar presente no próximo Congresso Nacional.

## Monumento ao ex-combatente

Além da extensa lista de assuntos legislativos foi também analisada a questão da inauguração das placas evocativas dos falecidos em combate no Ultramar.

A DN transmitiu ao Presidente da República a sua apreciação das reuniões efectuadas na Liga dos Combatentes para a preparação da inauguração, sendo referido que não havia

ainda consenso entre as organizações de militares envolvidas no processo.

No entanto, na audiência concedida no dia 25 de Novembro pelo ministro da Defesa Nacional, a ADFA tomou conhecimento de que o Presidente da República não iria estar presente na inauguração, em virtude da falta de consenso gerada em torno do monumento.

Porém, no seguimento dessa decisão, as organizações consideraram a importância da presença do chefe de Estado para dignificar a cerimónia e acordaram solicitar à Presidência da República a marcação de uma data para a realização do evento na qual o Presidente pudesse estar presente.

A ADFA congratula-se pelo consenso alcançado que "muito contribui para a dignificação daquele monumento", aguardando-se a marcação da inauguração pela presidência da República.

## Stress vai ter regulamentação

Recebida em audiência pelo novo ministro da Defesa Nacional, Júlio Castro Caldas, a

Direcção Nacional foi informada de que, durante o mês de Dezembro, a regulamentação da Lei 46/99, de 16 de Junho, relativa ao "Stress de Guerra", será levada a Conselho de Ministros.

A ADFA foi consultada sobre o projecto de regulamentação da Lei, tendo concordado genericamente com o mesmo, mas chamando a atenção para dois aspectos, um referente a um prazo e outro à garantia de junta de recurso.

O ministro referiu que fez questão de que a ADFA fosse a primeira organização a ser recebida nesta área, disponibilizando-se a prestar todo o apoio às iniciativas da Associação.

"A DN regozija-se com o modo como o actual ministro da Defesa Nacional vê a Associação e os problemas dos deficientes militares", afirmou ao ELO Humberto Sertório, presidente da DN.

## Reivindicações legislativas

Na agenda também estiveram assuntos como o problema dos deficientes militares dos PALOP que combateram aos serviços das Forças Armadas Portuguesas durante a Guerra Colonial, sendo salientado o caso de Moçambique, em que a maioria dos problemas está por resolver.

"Os associados moçambicanos, que ainda não têm qualquer tipo de assistência médica, medicamentosa e orto-protésica, também sofrem com problemas de alojamento e alimentação, ficando completamente entregues à ADFA que procura arranjar-lhes condições mínimas de sobrevivência", referiu Humberto Sertório.

A definição dos conceitos de campanha-serviço foi também abordada, lembrando-se que o conceito de campanha tem a sua base no DL 43/76, de 20 de Janeiro, e que o de serviço baseia-se no Estatuto de Aposentação Pública.

A DN manifestou a urgência de clarificação destes dois conceitos jurídicos, chamando a atenção para as distorções ao nível indemnizatório que aqueles dois sistemas jurídicos originaram.

Quando à tramitação dos processos para qualificação de deficiente militar, a DN evidenciou a grande morosidade, que se traduz numa média de três a seis anos para obtenção de decisão final sobre o assunto. A DN argumentou que "a aplicação dos conceitos de justiça a estes casos é prejudicada, atingindo os deficientes e seus familiares, em períodos de espera tão prolongados que em várias situações o despacho final é conhecido depois da morte do interessado."

O ministro foi também informado da necessidade premente de assegurar o apoio na terceira idade aos deficientes militares. Foi realçado que, apesar de a ADFA ter projectos em Lisboa e no Porto, com terrenos adquiridos para o efeito, "é necessária uma política global que defina objectivos, apoios financeiros e assegure a gestão destes equipamentos."

Foram abordadas todas as principais reivindicações da ADFA e, por último, os dirigentes da ADFA propuseram a criação urgente, na dependência directa do ministro da Defesa Nacional, de uma estrutura de carácter permanente que preste assessoria técnica para os assuntos dos deficientes militares e que seja um instrumento para a coordenação e articulação de medidas e meios disponíveis por forma a rentabilizar a sua aplicação, podendo recolher dados, elaborar estudos, propor medidas e coordenar a sua aplicação sobre todas as matérias relacionadas com deficientes militares.

Foi também proposto que a estrutura zele pelo bom andamento dos processos de qualificação e sobre eles emita parecer e proponha as medidas que garantam a qualidade de vida dos deficientes militares, pronunciando-se também sobre todas as medidas legislativas que lhes digam respeito. Segundo proposta da ADFA, a estrutura deveria presidir ao funcionamento do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas.

Foi também proposto que a estrutura zele pelo bom andamento dos processos de qualificação e sobre eles emita parecer e proponha as medidas que garantam a qualidade de vida dos deficientes militares, pronunciando-se também sobre todas as medidas legislativas que lhes digam respeito. Segundo proposta da ADFA, a estrutura deveria presidir ao funcionamento do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas.

Rafael Vicente

# Conselho Nacional aprova plano e orçamento para 2000

Continuar com uma intervenção activa na defesa dos interesses dos associados e da legislação, organizar o IV Congresso da ADFA, realizar as comemorações do 26.º Aniversário em Faro e desenvolver a cooperação com os PALOP são alguns aspectos constantes do Plano de Actividades para o Ano 2000, aprovado na reunião ordinária do Conselho Nacional, efectuada na Sede Nacional, no passado dia 27 de Novembro.

Este Conselho, no qual foi notada a ausência das Delegações de Évora e Faro, aprovou também o orçamento para o próximo ano.

No âmbito do Plano de Actividades e do Orçamento foi aprovada uma proposta que institui um grupo de trabalho, integrando conselheiros de Bragança, Porto, Vila Nova de Famalicão, Viseu e Coimbra, para estudar a criação e delimitação da Delegação de Lisboa, com intuito de a mesma ser implementada antes das próximas eleições. Setúbal votou contra em protesto por não estar representada no grupo de trabalho.

Foram também aprovadas duas propostas do conselheiro Anquises de Carvalho, uma relativa ao preço do quilómetro e outra relativa ao pagamento de uma taxa de expediente no caso do acompanhamento de questões de prisioneiros de guerra não associados.

O Conselho aprovou o documento da Comissão Organizadora do IV Congresso, no qual se fixa o calendário, o orçamento e alteração do prazo de entrega de teses (ver notícia sobre o IV Congresso). Rejeitou-se uma proposta que pretendia que as Delegações suportassem parte dos custos (15.000\$00) por cada congressista.

Foi apresentada ao Conselho uma proposta de Regulamento para Admissão e Demissão de Associados que gerou um vivo debate, tendo sido aprovada na generalidade, sendo deliberado que a comissão que a produziu ajustaria na especialidade os aspectos salientados pelos conselheiros, fixando a redacção final, a ser aprovada em próximo Conselho Nacional.

A Direcção Nacional informou o Conselho dos assuntos correntes, destacando-se que a

ADFA decidiu estar presente na Cerimónia de inauguração das placas onomásticas dos mortos, junto ao Monumento dos Combatentes do Ultramar, depois da audiência com o Presidente da República e do consenso a que todas as entidades envolvidas chegaram.

No período de antes da ordem de trabalhos, o CFN informou que está sanada a controvérsia gerada na última reunião do CN, com a intervenção do 1.º Vogal do CFN, estando à disposição dos conselheiros para quaisquer explicações que entendessem necessárias.

No mesmo período o conselheiro Anquises de Carvalho exortou a que se cumprissem os estatutos relativamente a faltas continuadas

às reuniões (caso de Évora), solicitando a organização de uma listagem de presenças desde o início deste mandato.

Por sua vez, a Mesa da Assembleia Geral Nacional informou ter ratificado o elemento proposto para integrar a Comissão do IV Congresso, Artur José Caldeira Vilarés.

A.C.



FOTO: ARQUIVO ELO

Associado Alípio Alves lança livro na Marinha Grande

# Pavilhão cheio aclama exemplo de reabilitação

"Uma Guerra, Duas Vidas", é o título do livro da autoria do associado Alípio Alves, apresentado ao público no passado dia 5 de Novembro, numa cerimónia solene, no ginásio da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, na Marinha Grande.

As mais de três centenas e meia de pessoas que atentamente assistiram às várias etapas da cerimónia ovacionaram com emoção o autor que "triunfou sobre o medo, sobre a dúvida", conforme afirmado pelo professor Álvaro André, amigo de Alípio Alves que prefaciou a obra e que abriu a sessão, classificando ainda este livro como um "pequeno «espevitador» da candeia que aqui e ali, tristemente, parece ameaçar apagar-se", e referindo o valor histórico que uma obra desta natureza representa para a memória do povo marinhense.

Patuleia Mendes, companheiro de Alípio Alves no Hospital Militar, salientou que "quem obrigou ao aparecimento do 25 de Abril foi o sangue do Alípio, o sangue de todos nós deficientes e os mortos que deram a consciência aos militares de que o povo português não podia ser mais sacrificado", referindo ainda que toda a dinâmica da solidariedade acabou por originar a própria criação da ADFA.

Depois de emocionar a assistência, que chorou e riu com alguns episódios passados com Alípio Alves, Patuleia Mendes homenageou a mulher deste associado, Odete, lembrando o grande valor das companheiras dos ex-combatentes, que partilham as suas dificuldades e alegrias.

Na cerimónia estiveram também presentes o bispo de Leiria-Fátima, D. Serafim Ferreira e Silva, Jorge Humberto, colega da Rádio Marinhense onde Alípio Alves trabalhou, Manuel Freire, que encantou com a "Pedra Filosofal" e o presidente da edilidade.

Num livro simples, de leitura fácil e apetecível, Alípio Alves faz o leitor viajar pelas suas experiências de vida - "de duas vidas", como salientou - desde o embarque, no dia 18 de Maio de 1968, até à reabilitação e episódios mais recentes.

Destacam-se as páginas em que o leitor é confrontado com a terrível realidade de ser atingido por uma mina anti-pessoal, e também os capítulos dedicados à explicação de como se progride na reabilitação e integração social e profissional.

Alípio Alves, acarinhado pelo povo marinhense, é membro ilustre da sua terra. Trabalhou na rádio e tem uma rua com o seu nome. Rodeado de familiares e amigos, emocionado, chamou a sua mulher ao palco



Alípio Alves (ao centro) escuta a intervenção do seu amigo Patuleia Mendes

para publicamente lhe agradecer uma vida feliz em comum.

O livro, símbolo da determinação na luta contra o conformismo, foi oferecido à Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, de Picassinos (perto da Marinha Grande), uma vez que as receitas das vendas revertem a

favor dessa instituição, sita na terra de onde Alípio Alves é natural.

Foi em alegre disposição que a assistência aguardou numa longa fila de espera para conseguir um livro autografado pelo Homem que se construiu a si próprio. •

Rafael Vicente

## Teatro em Setúbal

# Quem vai à guerra...

DIREITOS RESERVADOS



Carlos César e Miguel Assis em plena actuação

Se "Quem vai à guerra" dá e leva, e, quem leva, leva, e quem não leva, não leva nada, questiona-se então, o que cada um leva e não leva desta guerra de dar e levar.

O confronto existente das duas gerações e das suas filosofias de combate de guerra, é o ponto de ordem desta peça da autoria de José Jorge Letria, levada à cena durante os meses de Outubro e Novembro no Teatro de Animação de Setúbal.

Carlos (interpretado por Carlos César) é um ex-combatente da guerra colonial, infelizmente pelo destino, que de dois pés fez 4 rodas, e de um hospital o seu lar.

Diogo (Miguel Assis) é um guerreiro de tenra idade, ex-combatente de velocidade a 2 rodas, que, lutando por limites inatingíveis, passa para uma armadura 4x4.

Joana (Célia David) é uma madrinha de guerras (das passadas e das presentes), que dos doentes fez a sua família e o seu coração lhes quer entregar.

O enredo baseia-se na luta que estes ex-combatentes têm que travar pela sua nova guerra: o viver numa cadeira de rodas. E é esta cadeira, brigadeiro por excelência, e o modo como se vive ou convive com a mesma, que vai gerar os conflitos entre estes dois ex-combatentes. As diferenças deste duro convívio com tão imponente senhora deve-se ao historial subjacente da ex-guerra e às causas do seu uso.

Carlos, guerrilheiro por função, esquecido há mais de 20 anos por todos, não esquece as suas lutas, os seus traumas e os seus camaradas. Munido de grande riqueza em valores e ideais, a luta pela Pátria, o dever moral e cívico e a sua dedicação, entregando-lhe a sua vida e a devolução de apenas parte dela, fá-lo considerar a cadeira como uma aliada.

Diogo, soldado inexperiente, sem passado e sem valores, considera-se enjaulado em 4 paredes e aprisionado pelo seu maior inimigo: as 4 rodas.

Criticar esta peça, só em dois pontos: uma certa indiferença de tal madrinha pela morte de um afilhado querido, que pela função que desempenha era obrigatório maior profissionalismo. Outra, e sem dúvida a maior e melhor: esta peça, de um dramatismo trágico, é de uma envolvimento emocional, conseguindo chegar e ficar em todos, levando-nos a pensar nas nossas próprias guerras, naquilo que damos e levamos. Aprendemos com Carlos que para levar, é preciso saber trazer, valorizar a experiência e os ideais e continuar a combater novas guerras, e ter os inimigos como aliados.

Quem realmente leva, leva, e quem leva por levar, não leva nada.

.....

José Jorge Letria, natural de Cascais, nasceu em 1951 e estudou Direito e História em Lisboa.

Jornalista desde 1970, já publicou mais de duas dezenas de colectâneas poéticas e inúmeros livros na área infanto-juvenil.

Autor de peças de teatro, foi distinguido com os prémios Garrett, SEC, CITAP, INATEL e "A Barraca", e Miguel Torga. Tem peças da sua autoria também representadas em França.

É presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores e ex-membro da Direcção da Associação Portuguesa de Escritores.

Entre muitas outras distinções, foi agraciado pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade, em 10 de Junho de 1997. •

M. V. C.

## Nova publicação

# "A espada de dois gumes"



David Martelo na sessão de autógrafos

"A espada de dois gumes" é o título do mais recente livro de David Martelo, oficial do exército na reserva, apresentado ao público no passado dia sete de Outubro, no Ateneu Comercial do Porto.

Nesta obra o autor faz uma análise da importância e influência dos militares na vida política, institucional e governativa do Portugal de 1928 a 1974.

Tendo Salazar como figura principal da obra, segundo o autor "A espada de dois gumes", surge como um trabalho de história e assume-se como tal", no entanto, acrescenta "não quis, em absoluto, confinar a obra a aspectos estritamente históricos". "Há, nos dias que correm, um grande contraste entre o peso da instituição militar na sociedade portuguesa e aquele de que a mesma usufruiu durante o Estado Novo", salienta o autor, que vai mais longe e afirma que, "após o 25 de Abril, procedeu-se a um verdadeiro 'ajuste de contas' da classe política contra as Forças Armadas, passando-se do patamar saudável da subordinação para um estado de absurda sujeição".

Segundo o escritor, a ideia deste livro surgiu quando do lançamento de outro dos seus livros intitulado "o Exército português na fronteira do futuro", quando alguém, em conversa afirmou que ainda faltava uma obra, de teor histórico, que explicasse as razões da longa permanência de Salazar no Poder. Da ideia à prática foi um passo e aqui está a explicação dessas razões. •

AV.

# 105 anos entre amigos e família

Isabel Landeiro completou 105 anos de idade no dia 17 de Novembro e o ELO acompanhou a celebração do aniversário desta senhora que em tempos foi costureira e que nesse dia se viu rodeada de muitas dezenas de amigos e familiares que quiseram dar-lhe os parabéns com uma festa.

O encontro realizou-se no Centro Social de Brunheiras, perto de Vila Nova de Milfontes, onde a Associação de Reformados e Idosos reuniu várias dezenas de pessoas, entre as quais os presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia locais.

A Associação nasceu da vontade de um grupo de pessoas residentes em Vila Nova de Milfontes que verificou que na freguesia não havia resposta para as necessidades dos mais idosos, e que avançou com a criação da Associação de Reformados e Idosos, dinamizando actividades que, em pouco mais de um ano, levaram bem alto a afirmação desta instituição.

"São mais de 470 associados e contamos com a actual Junta de Freguesia, que nos tem dado todo o apoio", referiu Mário Inácio, presidente da direcção daquela Associação e também associado da ADFA, lembrando a grande motivação por parte dos residentes da zona, num desafio permanente sobre as questões relacionadas com a terceira idade.

Segundo disse o dirigente, a instituição



A comunidade aderiu em pleno à celebração do 105.º aniversário de Isabel Landeiro

tem objectivos bem definidos: "estamos com o processo entregue para candidatura a Instituição Particular de Solidariedade Social, contactámos com a Câmara Municipal, que se disponibilizou a prestar apoios à Associação, nomeadamente, quanto à legalização, às infra-estruturas, ao projecto de construção de um lar, de um centro de dia, para apoio à terceira idade."

Quando ao apoio domiciliário, já estão a apoiar 15 utentes mais carenciados. "Temos um leque muito mais vasto de casos, e num futuro próximo, no âmbito de uma empresa de inserção que queremos criar rapidamente, serão abrangidos os serviços de refeições, de limpeza de roupa, de acompanhamento dos idosos em deslocações aos centros de saúde e serviços públicos, tudo o que for necessário

para levar o maior bem-estar às pessoas idosas da região", garantiu ainda.

O presidente fez notar o levantamento na freguesia que foi elaborado pela Associação, relativamente ao número de idosos com mais de 65 anos, que ascende aos 500, muitos deles sofrendo de carências de apoio domiciliário. "É preciso ter isto em atenção, uma vez que se trata de um número muito elevado, considerando que a população da freguesia é de cinco mil habitantes e que não foi apurada a população flutuante, que tem casa na zona, mas que só cá vem nas férias", salientou realçando que também estes últimos serão contados no futuro.

Alguns dos associados são também deficientes das Forças Armadas e "é natural que, ao completarmos o levantamento, encontremos outros casos", lembrou ainda.

As famílias também estão envolvidas nas actividades da Associação e, para o ano, como avançou o dirigente, "vamos realizar muitas outras iniciativas, como a celebração do 25 de Abril, dos Santos Populares, entre outras."

Referindo-se à aniversariante, diz que "é uma ternura, dá gosto falar com ela", e realça que é uma pessoa que, apesar da idade, faz a sua vida normal com a família. •

R.V.

## Revista de Imprensa



### ACESSIBILIDADE À INTERNET

"Foi aprovado em Julho passado, no Conselho de Ministros de dia 29, um conjunto de normas dirigidas à Administração Pública e destinadas a criar condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à internet, designadamente pessoas com deficiência e idosos."

Lúis Braille - Julho/Agosto/Setembro

### CONVÍVIO DA ADFA

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas realizou no Sábado, junto da Tropicália e até ao clube naval, o seu convívio de pesca."

Correio de Setúbal - 11 de Novembro

### ASSOCIATIVISMO MILITAR

"O PCP entrega hoje na Assembleia da República o seu projecto de alteração do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional, na qual volta a propor um alargamento dos direitos dos militares."

Público - 17 de Novembro

### TELETRABALHO

"O Núcleo Regional do Norte da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral está a promover em Gaia, ontem e hoje, um debate sobre os problemas com que os deficientes se defrontam na idade adulta, no qual a mulher do Presidente da República, Maria José Ritta, deixou subentendida a ideia de que não há razões para a exclusão social."

Correio da Manhã - 19 de Novembro

### SARGENTOS DESCONTENTES

"A Associação Nacional de Sargentos convocou três encontros dos seus sócios para debaterem questões



que suscitam "desmotivação e descontentamento". Segundo o vice-presidente, David Pereira, entre os problemas figuram os vencimentos, o estatuto das Forças Militares e o artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional, que regula os direitos de expressão, de liberdade de reunião, de actividade política, sindical e partidária - e assim limita o associativismo militar."

24 Horas - 22 de Novembro

### "DESAFIOS DA IDADE MAIOR"

"A infância é um período decisivo para a integração do cidadão deficiente - tal como de qualquer pessoa - pois é aí que pode ficar determinada ou não a sua integração na sociedade. Este foi um dos temas analisados no seminário internacional "Desafios da Idade Maior" que, durante dois dias, levou a Gaia especialistas e técnicos das mais diferentes áreas relacionadas com a vida do deficiente."

Correio da Manhã - 22 de Novembro

### REVISTA MILITAR

"A Câmara de Lisboa vai dar na sexta-feira o nome da "Revista Militar" a um largo da freguesia de Benfica, celebrando assim os 150 anos desta publicação."

Público - 24 de Novembro

### ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES

"A personalização dos lugares de estacionamento reservado a deficientes motores é uma das propostas que o executivo camarário vai votar hoje em reunião pública."

24 Horas - 24 de Novembro

## IMPRESA MILITAR

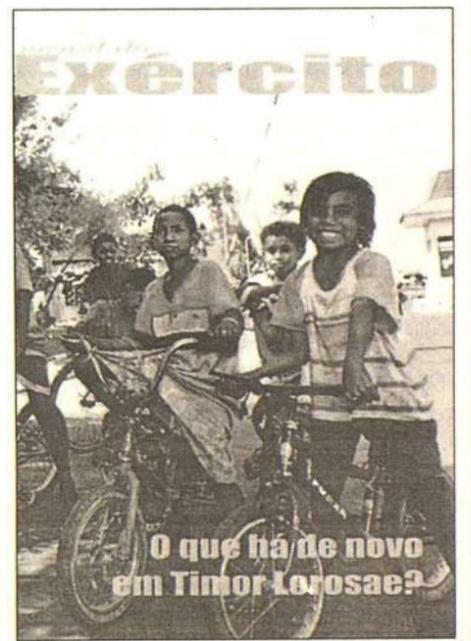
### Jornal do Exército falou da "ADFA por Timor" e do "stress de guerra"

A situação de Timor suscitou as mais diversas reacções e a ADFA manifestou-se publicamente através de um comunicado de imprensa enviado aos órgãos de comunicação social.

O Jornal do Exército, dando-se conta da iniciativa da ADFA, publicou a notícia em que a Associação manifesta a sua "indignação pela passividade da Comunidade Internacional" relativamente à situação terrível vivida pelos timorenses.

No comunicado, a ADFA manifestou a sua disponibilidade para, em conjunto com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, "receber em Portugal grandes deficientes de Timor, a quem serão prestados cuidados médicos e reabilitação funcional e profissional", sendo referido ainda que a Associação se presta a cooperar na implementação de estruturas ligadas à reabilitação, formação profissional e integração das pessoas portadoras de deficiência.

Na mesma edição do Jornal do Exército dedicam-se outras páginas a Timor, com um artigo do major-general Lemos Pires intitulado "Timor Leste - O preço de um referendo" e outra peça jornalística do



O que há de novo em Timor Lorosae?

major Francisco José Leandro, com o título "O que há de novo em Timor Lorosae?"

Aurélio Pamplona, coronel de Infantaria, na reserva e mestre em Psicologia, escreveu um profundo artigo técnico sobre a problemática do "stress de guerra", tema que está na ordem do dia e cuja legislação aguarda regulamentação, abordando questões referentes ao diagnóstico da doença, ao seu desenvolvimento, prevenção e tratamento. O artigo é muito importante no panorama do que tem sido publicado sobre esta matéria e reveste-se da maior relevância, uma vez que foi escrito antes da publicação da Lei 46/99, de 16 de Junho, que define o apoio às vítimas desta doença.

R.V.



Inauguramos nesta edição as rubricas mensais "A advogada responde" e "A palavra ao jurista", que se pretende venham a enriquecer o ELO com textos técnicos mas acessíveis. No caso da segunda rubrica, é desejo do ELO dar a palavra a um jurista diferente em cada número, mas tendo como pano de fundo os temas relacionados com a ADFA.



Manuela Loureiro dos Santos \*

## A palavra ao jurista

Averiguações por acidente ou doença

# Os processos passo a passo

O acidente em serviço é o evento em que uma causa externa, súbita e violenta atinge um servidor do Estado no local e tempo de serviço, provocando-lhe lesão corporal, perturbação funcional ou doença que lhe determina uma incapacidade/desvalorização permanente total ou parcial para o trabalho, afectando a sua capacidade geral de ganho.

Cada ramo das Forças Armadas possui normas específicas para a elaboração do processo de averiguação por acidente ou doença que emergem, por analogia, da aplicação do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Para o Exército vigora a Determinação nº 5, publicada na Ordem do Exército nº8/73, de 25/01;

Para a Força Aérea vigora o Despacho nº7/91, do Exmº. CEMFA, de 18/04;

Para a Armada vigora o Despacho nº 42/85, do Exmº. Sr. Almirante CEMA, de 21/06;

Tais normas pretendem ser de promoção e aplicação imediata pelas respectivas entidades militares, logo que um militar é vítima de um acidente ou doença em serviço, mediante a elaboração da respectiva participação com a descrição minuciosa das circunstâncias de tempo, modo e lugar do acidente ou doença, com a indicação das testemunhas que presenciaram o evento e, se possível, com a junção de elementos clínicos (tendo por base o auto de exame directo), de modo a possibilitar-se, a final, uma decisão justa quanto à qualificação do acidente ou doença em serviço - verificação do nexo causal entre o acidente/doença e o cumprimento do serviço militar - a decidir pelas instâncias militares superiores.

Na eventualidade das referidas entidades não impulsionarem o respectivo processo de averiguação, caberá ao militar lesado a sua promoção.

O que esperar depois de instaurado o respectivo processo, isto é, depois de redigido o auto de participação?

O militar lesado será presente a uma Junta Médica Militar que apenas determinará da sua capacidade/incapacidade para o serviço militar, atribuindo-lhe o respectivo grau de desvalorização na sua capacidade geral de ganho, de acordo com os índices previstos na Tabela Nacional de Incapacidades.

De salientar que as decisões das Juntas Médicas Militares são passíveis de recurso pelo militar, em caso de discordância com o parecer da dita Junta e carecem sempre de homologação.

O respectivo processo será ainda objecto de apreciação por entidades jurídicas militares que, compulsada toda a informação pertinente, apreciarão do respectivo nexo causal entre o acidente/doença e o cumprimento do serviço militar.

Tal parecer, carece igualmente de ser homologado, sendo o processo remetido ao Chefe do Estado Maior do Ramo respectivo, a fim de, por si ou por delegação de competências, proferir despacho quanto à qualificação do acidente/doença como em serviço.

Na eventualidade do acidente/doença resultar de serviço de campanha\*, de circunstâncias directamente relacionadas com o serviço de campanha\* ou o exercício de funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho ocorrer em condições de que resulte, necessariamente risco agravado equiparável ao definido nas situações anteriores\* e o militar lesado possuir grau de incapacidade igual ou superior a 30%, o processo será ainda submetido à apreciação do Ministério da Defesa Nacional que, por si ou por delegação de competências, qualifica a final o militar como Deficiente das Forças Armadas. (para a correcta compreensão dos conceitos assinalados com\* recomenda-se uma leitura atenta dos n.º 2, 3 e 4 do art.º 2º do DL 43/76, de 20/01).

Quanto à disciplina dos acidentes em serviço, importa salientar que, nos termos do disposto na Lei do Serviço Militar (DL 174/99, de 21/09), "os militares possuidores de qualquer grau de incapacidade resultante de acidente durante o serviço ou com ele relacionado beneficiam de direitos e regalias nos termos de legislação própria.

Os acidentes sofridos pelos cidadãos, como consequência da prestação de quaisquer provas inseridas no âmbito das operações de recrutamento militar, são considerados como ocorridos em serviço" (art.º 44º, n.º 1 e 2 da Lei do Serviço Militar).

Nos termos do nº 1 do art.º 78º do Regulamento da Lei do Serviço Militar (DL 463/88, de 15/12), "os cidadãos têm direito ao

abono de uma pensão de reforma extraordinária ou de uma pensão de invalidez, a fixar nos termos dos diplomas que estabeleçam e regulem a sua concessão, quando adquiram incapacidade permanente e absoluta ou desvalorização permanente na capacidade geral de ganho resultantes de alguma das ocorrências seguintes:

a) Acidente ocorrido no exercício da função militar;

b) Doença contraída ou agravada no serviço militar efectivo ou por motivo da sua prestação..."

Por sua vez, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (DL 236/99, de 25/06) preconiza também o abono da referida pensão.

De referir ainda que o Estatuto da Aposentação (DL 498/72, de 09/12) tem um papel preponderante na atribuição da pensão de invalidez, pois dispõe de um capítulo próprio que regula as condições do abono da mesma.

Na eventualidade da decisão final ser desfavorável ao militar lesado, o mesmo dispõe da possibilidade de interposição de recurso contencioso administrativo de todos os despachos que inevitavelmente condicionam em absoluto a decisão final, nomeadamente quanto aos despachos de não qualificação do acidente/doença em serviço ou de Deficiente das Forças Armadas (prazo: dois meses a contar da notificação do despacho).

O art.º 80º do Regulamento da Lei do Serviço Militar faculta ainda a possibilidade de reabertura ou revisão do processo de acidente ou doença em serviço tendo por base "provas supervenientes ou com fundamento em agravamento ou ressurgimento de doença que haja sido declarada clinicamente curada", o que, de certo modo, possibilitará ao militar que atempadamente não interpôs recurso, pedir uma reapreciação do seu processo, tendo que tomar todavia em linha de conta a existência de provas supervenientes que obriguem à reinstrução do processo e possam influir na tomada de nova decisão quanto à apreciação do acidente ou doença em serviço.

\* Advogada

Presta serviços na Delegação do Porto e Famalicão

## A advogada responde

# Acumulação de pensões

*Sou viúva de um Deficiente das Forças Armadas, com 35% de incapacidade, que recebia uma pensão de invalidez e já requeri à Caixa a transmissão da pensão. No entanto, o meu marido trabalhou durante 15 anos numa empresa de segurança privada e descontou para a Segurança Social. Tenho direito a receber mais alguma coisa? Sou doméstica e tenho grandes dificuldades económicas.*

O DL 43/76, de 20JAN, permite que os DFA que recebam pensão de reforma extraordinária ou de invalidez, e que exerçam cargos remunerados (excepto nas Forças Armadas), possam acumular a pensão de reforma ou invalidez com a pensão cujo direito vierem a adquirir pelo exercício do cargo desempenhado.

Por morte do seu marido, terá direito à transmissão da pensão de DFA, nos termos do artigo 8º, do DL 240/98, de 07AGO, sendo o valor igual a 50% da referida pensão sem abonos, ou à pensão de preço de sangue (PPS), de valor igual a 70% da pensão base de DFA, se a morte resultou directamente da deficiência ou o DFA tinha incapacidade igual ou superior a 60%.

Põe-se agora a questão de saber se terá igualmente direito a receber uma pensão de sobrevivência pelo trabalho que o seu marido desempenhou na vida civil.

A pensão de sobrevivência consiste numa prestação pecuniária mensal, que tem por objectivo compensar os familiares dos beneficiários da segurança social da perda dos rendimentos de trabalho determinada pela morte deste.

É nossa opinião que se o DL 43/76, de 20JAN, permite aos DFA acumular a totalidade da pensão de reforma extraordinária com a totalidade da pensão de reforma do regime geral da segurança social, esse direito, que existe na esfera jurídica do militar, deve ser transmitido por morte deste aos seus "herdeiros hábeis".

No entanto, o DL 141/91, de 10ABR, que também estabelece a regra geral de acumulabilidade das pensões, dispõe limites para a acumulação de pensões de sobrevivência do Centro Nacional de Pensões, com a transmissão de pensão ou PPS, em função dos valores das referidas pensões.

Estes limites, impõem que, em determinados casos só passíveis de análise em função dos valores das pensões relativos a cada interessado, uma das pensões seja reduzida no seu valor.

É nossa opinião que o disposto no DL 43/76, de 20JAN, deveria prevalecer sobre o disposto no DL 141/91, de 10ABR, por aquele estabelecer um regime especial em relação a este, devendo as pensões ser livremente acumuladas.

No entanto, não tem sido este o entendimento do Centro Nacional de Pensões, que, infelizmente, entende que os DFA dos Quadros Permanentes das Forças Armadas estão sujeitos às regras de acumulação previstas no DL 141/91, de 10ABR, por estarem sujeitos ao regime de protecção social de enquadramento obrigatório, sendo que os DFA dos Quadros de Complemento das Forças Armadas, que não estão sujeitos a enquadramento obrigatório do regime da função pública, não estão igualmente sujeitos às regras de limitação do DL 141/91, de 10ABR.

Inês Soares Castro

## Precisas de ajuda?

## Tens um amigo na ADFA!

Estamos ao teu dispôr todos os dias na Sede Nacional

Telefona 21 757 04 22 Ext. 220

(das 09h00 às 18h00)

## Departamento de Reabilitação e Apoio Social

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## Processo Tributário

Decreto-Lei 433/99, de 26 de Outubro

Aprova o Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Este novo código entra em vigor a 1 de Janeiro do ano 2000 e só se aplica aos procedimentos iniciados e aos processos instaurados a partir desta data.

Também, a partir da mesma data, fica, assim, revogado o Código de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei 154/91, de 23 de Abril, e os artigos 14º a 17º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (Decreto-Lei 215/89, de 1 de Julho), respeitantes ao reconhecimento dos benefícios fiscais e de consulta prévia do processo. Contudo, manter-se-á em vigor o artigo 49º do Código de Processo Tributário, na parte relativa à contagem do prazo de interposição de recurso das decisões de aplicação de coimas.

## Segurança Social

Decreto Regulamentar 26/99, de 27 de Outubro

Procede à regulamentação do Decreto-Lei 199/99, de 8 de Junho, que definiu os princípios gerais a que deve obedecer a fixação das taxas contributivas do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e a adequação dessas taxas a situações especiais, designadamente no que diz respeito aos termos da declaração das remunerações que as entidades empregadoras estão obrigadas a fazer perante a Segurança Social e permitindo que estas declarações sejam efectuadas não só através do suporte de papel como através de qualquer meio electrónico.

Estas declarações deverão ser enviadas pelas entidades empregadoras até ao dia quinze do mês seguinte àquele a que as remunerações disserem respeito.

Este diploma consagra ainda, para além do direito dos trabalhadores à informação sobre a sua situação contributiva, o direito da respectiva prestação periódica pelos organismos da Segurança Social. Assim, os trabalhadores têm direito a ser informados, a todo o tempo, da sua situação contributiva, pela Segurança Social e, até ao dia quinze de Julho de cada ano, os seus organismos remeterão aos beneficiários informação em relação a cada mês do ano anterior, com o registo do número de dias de trabalho e as respectivas remunerações registadas e o número de dias correspondente a remunerações registadas por equivalência à entrada de contribuições.

## Pensão Antecipada

Decreto-Lei 435/99, de 29 de Outubro

A aprovação do Decreto-Lei 9/99, de 8 de Janeiro, sobre a flexibilização da idade de acesso à reforma, na Segurança Social, permitiu que os pensionistas de pensão antecipada com valor reduzido pudessem aumentar o respectivo montante, através do pagamento facultativo de contribuições.

Para tal, deverão os interessados apresentar requerimento, no Centro Regional de Segurança Social da sua área de residência.

As contribuições a pagar são calculadas pela aplicação da taxa de 17,5% aos valores que constituam a base de incidência. Assim, «... para os beneficiários em exercício de actividade à data da passagem a situação de pensionista por velhice, o valor a considerar é o correspondente à última remuneração efectiva, real ou convencional, registada» e para os «... beneficiários que à data da passagem a situação de pensionista por velhice se encontrem a receber prestações determinantes do direito à equivalência à entrada das contribuições, o valor a considerar é o correspondente à remuneração de referência que serve de base ao cálculo daquelas prestações».

A qualquer momento, os titulares da pensão antecipada podem declarar que não querem efectuar o pagamento das prestações.

Na falta do pagamento das contribuições presume-se que o titular da pensão não quer mais efectuar aquele pagamento, a menos que este seja retomado dentro dos seis meses a contar do pagamento da última contribuição. Neste caso, terá o beneficiário de pagar as contribuições em atraso acrescidas de juros de mora.

## Pensão Unificada

Decreto-Lei 437/99, de 29 de Outubro

O Decreto-Lei 329/93, de 25 de Setembro, estabeleceu o regime de protecção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime geral de segurança social.

Em oito de Janeiro do presente ano, foi publicado o Decreto-Lei 9/99 que, com a flexibilização da idade de acesso à reforma, na segurança social, possibilitou a sua antecipação aos beneficiários com pelo menos cinquenta e cinco anos de idade e um mínimo de trinta anos de carreira contributiva.

Este diploma vem agora introduzir algumas alterações a este regime, nomeadamente, alargando a flexibilização da idade de pensão por velhice ao âmbito do regime da pensão unificada.

É assegurado aos pensionistas de invalidez e velhice um valor mínimo de pensão. No caso de períodos de descontos iguais ou superiores a quinze anos, o valor mínimo da pensão poderá ser reajustado.

## Percentagem de Tempo

Decreto-Lei 438/99, de 29 de Outubro

O Decreto-Lei 311/97, de 13 de Novembro, teve como objectivo permitir a consideração dos períodos de serviço militar obrigatório prestado em circunstâncias especiais de dificuldade ou perigo, por beneficiários da segurança social, mediante o pagamento de contribuições acrescidas.

No entanto, apenas foi consagrado para os beneficiários, activos ou pensionistas, abrangidos pelos regimes contributivos de segurança social, cuja pensão fosse calculada de acordo com o período de descontos, ficando excluídos os familiares dos beneficiários que tivessem falecido antes da apresentação do requerimento para efeitos de bonificação.

Assim, este diploma vem alargar o seu âmbito pessoal podendo os pensionistas de sobrevivência requerer a bonificação.

O pagamento das contribuições poderá efectuar-se de uma só vez ou em prestações mensais de igual valor até sessenta meses.

Este diploma contempla ainda a devolução das quantias pagas quando o beneficiário venha a desistir ou a falecer, mediante requerimento para o efeito.

## Rendas de Casa

Portaria 982-A/99 e 982-B/99, de 30 de Outubro

O coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais, a vigorar no ano 2000, é de 1,1028. A segunda portaria fixa os factores de correcção extraordinária.

## Telecópia

Decreto-Lei 461/99, de 5 de Novembro

Os serviços dos registos e notariado podem emitir por telecópia certidões de actos de registo e notariais, podendo as conservatórias do registo comercial receber e emitir, também por telecópia, certificados de admissibilidade de firma ou denominação.

As certidões recebidas por telecópia têm a força probatória do original, desde que assinadas pelo funcionário competente do serviço receptor e autenticadas com o selo branco.

## Códigos Tributários

Decreto-Lei 472/99, de 8 de Novembro

Em face da publicação da Lei Geral Tributária e do Código de Procedimento e Processo Tributário procede-se à adaptação dos vários códigos e leis tributárias, relativamente às matérias de juros compensatórios, moratórios e indemnizatórios, dos prazos de caducidade e prescrição, da revisão oficiosa dos actos tributários, da aplicação de métodos indirectos na determinação da matéria tributável, dos poderes de fiscalização e do exercício das garantias dos contribuintes.

## Trabalho

Decreto-Lei 480/99, de 9 de Novembro

Aprova o novo Código de Processo do Trabalho, que entrará em vigor a 1 de Janeiro do ano 2000 e aplicar-se-á apenas aos processos instaurados a partir desta data.

## Apoio Domiciliário

Despacho Normativo 62/99, de 12 de Novembro

Aprova as normas reguladoras das condições de implementação, localização, instalação e funcionamento do apoio domiciliário.

Entende-se por serviço de apoio domiciliário «... a resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou as actividades da vida diária».

H. A.

## Comentário

### Diploma



do Mês

### Pensões de Preço de Sangue e Serviços Relevantes

Decreto-Lei 466/99, de 6 de Novembro

Foi publicado um novo regime jurídico das Pensões de Preço de Sangue, Pensões por Serviços Excepcionais e Relevantes, sendo que estas englobam os Prisioneiros de Guerra.

Este diploma, à semelhança do anterior, reúne num mesmo decreto a matéria substantiva - o direito à pensão - e adjectiva - normas procedimentais para a atribuição da pensão -, o que gera alguma confusão no cidadão em geral.

Contudo, há que ter em atenção, ao ler o diploma, que é preciso fazer a distinção entre as normas que se referem à atribuição do direito e as normas que apenas têm interesse na tramitação processual, tendo em atenção que estas não atribuem direitos, sendo, por isso, normas adjectivas.

No entanto, este regime decorre do anterior, mas o legislador procedeu a algumas correcções e, não obstante a sua complexidade, a sua compreensão é, de algum modo, facilitada, já que o anterior Decreto-Lei 404/82, de 24 de Setembro, se encontrava alterado por sete diplomas, ficando, assim, esta matéria consagrada num único diploma.

No que se refere ao conteúdo, o novo diploma implementa três inovações importantes.

Altera a redacção da alínea a), do número 1, do artigo 2º, consagrando uma reivindicação da ADFA, de há vários anos, e que foi acordada, o ano passado, com o Ministério da Defesa Nacional, estabelecendo o direito a pensão por doença adquirida ou agravada em serviço.

Introduz, também, o conceito de prisioneiro de guerra estipulando que o mesmo abrange «o cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate no decurso da guerra nas ex-colónias» (...) «por um período igual ou superior a 30 dias ou que, independentemente da sua duração, tenham provocado no prisioneiro sequelas físicas ou psicológicas de que resulte desvalorização da sua capacidade para o trabalho».

O terceiro aspecto essencial é a definição clara da regra de acumulabilidade destas pensões, excepto entre si próprias e da pensão de preço de sangue com a do artigo 8º, do Decreto-Lei 240/98, de 7 de Agosto (transmissão de pensão), que ultrapassa as anteriores dúvidas interpretativas, a definição clara dos casos não sujeitos a redução do quantitativo das pensões e o estabelecimento de um limite mínimo (salário mínimo nacional) nos casos em que da redução resultaria uma pensão abaixo deste limite (caso das pensões por serviços excepcionais e relevantes calculadas a zero).

Há ainda a destacar o facto de o novo diploma, onde anteriormente se referia a incapacidade física, passar a referir-se a incapacidade absoluta e permanente para o trabalho, o que restringe, significativamente, o âmbito da atribuição da pensão por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país. Também, o anterior regime isentava estas pensões de qualquer imposto, o que não acontece neste novo diploma.

No que se refere às normas processuais, o prazo para requerer a pensão de preço de sangue, com recebimento ao início do mês seguinte ao da morte do autor, passou para dois anos, em vez dos cento e oitenta dias e o prazo para a entrega da declaração de rendimentos anual deixou de ser no mês de Junho para passar a ser até ao dia trinta e um de Maio de cada ano.

O limite de idade para os descendentes que se encontrem a estudar no ensino superior ou equiparado passou para vinte e cinco anos.

Este novo diploma, que entrará em vigor a um de Janeiro do ano dois mil, deixa em aberto as situações controversas anteriores decorrentes do Decreto-Lei 266/88, de 28 de Julho, que, a nosso ver, só serão passíveis de solução por via judicial ou por intervenção legislativa que crie norma transitória.

Por outro lado, irão surgir casos de dúvida relativos a quantitativos de pensões já atribuídas e que não estão a ser recebidas, em virtude de se dispor que o quantitativo destas se manterá inalterado até que o salário mínimo nacional atinja o seu valor. • (Ver notícia na última página)

Helena Afonso

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

## O nosso herói

Abel Monteiro, associado da ADFA, vem mais uma vez escrever uma cartinha ao nosso querido Jornal, com o título "Dr. Veiga Simão, o nosso herói". Estávamos nos anos 30 principio de 40, quando de uma aldeia da Beira Alta chamada Prados, Concelho de Celorico da Beira, rumou com destino a Coimbra um senhor com destino à GNR chamado Simão, pai do actual Dr. Veiga Simão e do muito querido Coronel Veiga Simão, hoje falecido, que conheci em Moçambique, amigo do soldado e de todos com quem ele trabalhavam.

Desde pai a filhos sempre foram amigos dos pobres não esquecendo os seus antecessores.

Com o pai dele trabalhou meu pai de quem diz maravilhas. Chamo-lhe o herói porquê? Por ter "metido uma lança em África", como se dizia antigamente. Ao conseguir a acumulação de pensões, coisa quanto a mim quase impossível.

Depois de várias intrigas em que a política é fértil, lá se foi o nosso herói deixando muito que fazer, e como pessimista em que stress africano nos deixou já não acredito nos acenos de cabeça, do "diz que sim e deixa andar", temos os casos urgentes do pessoal que se encontram com 36 anos de serviço feito na função pública e os descontos que nunca deixaram fazer? E aqueles que pagaram o tempo militar e depois movimentaram processos não lhe contando esse tempo agora para a reforma e os outros que quando foram para o serviço militar já tinham três e quatro anos de descontos e

sentem-se agora espoliados desses descontos? Portanto, mais uma vez digo: Veiga Simão sempre!

*Abel Monteiro*

## Audiência

Pelas 13h30, do dia 13 de Janeiro do ano 2000, irá decorrer a audiência, na sequência de uma queixa que eu movi contra o Comandante do Posto da GNR de Barcarena, por este me ter agredido e ofendido verbalmente. A audiência dar-se-á no 3º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, no Campo de Santa Clara.

As agressões e ofensas verbais de que fui vítima tornam-se extensivas a todos os associados, uma vez que ao serem praticadas pelo Comandante do Posto da GNR de Barcarena, foram acompanhadas de frases como esta, quando me identifiquei como DFA, "estou farto de coxos e chulos".

Apelo à mobilização de todos os DFA e ex-combatentes em geral, para me apoiarem neste processo, comparecendo na audiência. Para os associados que tiverem dificuldades em se deslocarem no Tribunal, encontram-se no local elementos da Polícia do Exército, que ali prestam serviço, disponíveis para colaborar e apoiar os que necessitarem.

Aproveito para manifestar a minha gratidão pela presença e apoio a todos os que me acompanharam na audiência que decorreu no Tribunal Criminal de Lisboa, movida pelo Comandante acima referido, contra mim, mas da qual fui absolvido, provando a minha inocência. •

*Manuel Martins Teixeira*

## Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

### Acácio Rodrigues Almeida

Associado n.º 3692  
54 anos  
Faleceu no dia  
28/06/99



Residia na Anadia. Deixa viúva Rosa Martins Nunes. Serviu em Moçambique, no Batalhão de Caçadores 1890-Companhia de Caçadores 1556.

### António Luís Silva

Associado n.º 7321  
56 anos  
Faleceu no dia  
07/10/99



Residia na Amadora. Deixa viúva Malvina Miguel Silva. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores 685.

### Emanuel Jesus Simão

Associado n.º 14377  
51 anos  
Faleceu no dia  
15/09/99



Residia em Sta. Catarina, Tavira. Deixa viúva Maria B. Martins. Serviu em Angola, na Companhia de Cavalaria 2442.

### Fernando Pereira Santos

Associado n.º 11945  
48 anos  
Faleceu no dia  
27/09/99



Residia no Barreiro. Serviu em Moçambique, na 2.ª Companhia do Batalhão de Cavalaria 8421.

### José Dias Vieira

Associado n.º 8930  
59 anos  
Faleceu no dia  
07/08/99



Residia em S. Pedro Solis, Mértola. Serviu em Angola, na Cavalaria 6.

### Manuel Rodrigues Fangueiro

Associado n.º 12528  
70 anos  
Faleceu no dia  
16/02/99



Residia em Agualva-Cacém, Sintra. Deixa viúva Susete Vasconcelos Fangueiro. Serviu na Índia, Guiné e Moçambique, no Destacamento de Engenharia, no Batalhão de Engenharia 447 e no Agrupamento de Engenharia, respectivamente.

### Manuel Santos Pereira

Associado n.º 12322  
59 anos  
Faleceu no dia  
25/08/99



Residia em Gueifães, Maia. Deixa viúva Maria Emília Pereira.

### Maria da Estrela Cabral

Associada n.º 6480



Residia em S. Miguel Açores.

### Mário Coimbra da Silva

Associado n.º 2741  
58 anos  
Faleceu no dia  
18/06/99



Residia em Ramalde, Porto. Deixa viúva Rosa Coimbra da Silva. Serviu na Guiné, no CPM 590.

### Ramiro da Silva Salvador

Associado n.º 12030  
50 anos  
Faleceu no dia  
22/09/99



Residia em Nadrupe, Lourinhã. Deixa viúva Maria dos Anjos Salvador. Serviu em Moçambique, na Companhia 2654.

# VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES






**Contacte os serviços da ADFA**  
**Alberto Pinto**  
Telf. (01) 757 04 22

CONCESSIONÁRIO **FIAT**

**Trevauto**  
Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78  
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96  
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

**DESCONTOS:**  
PEÇAS: . . . . . 25% (MANUEL CORREIA) . . . . . TELF. 316 72 00  
OFICINA: . . . 15% (HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75



O álcool é homicida

# Morreu um camarada...

**Jorge Maurício**  
Durante os 25 anos de vida associativa, muitas vezes quando nos encontramos, trocamos impressões e desabafamos sobre as nossas vidas, principalmente naquilo que nos obrigou a unirmo-nos, isto é, as nossas deficiências.

Fui várias vezes ao Hospital Militar de Hamburgo, para fazer tratamentos relacionados com a minha reabilitação e tive oportunidade de conhecer mais de perto alguns camaradas associados, pois aí a convivência era mais intensa e resultava um conhecimento recíproco mais profundo.

São bem conhecidas de todos as dificuldades que as grandes incapacidades criam aos deficientes militares e muitas vezes conversamos entre nós que a nossa velhice virá precocemente e que a doença começará a dar sinais de si mais cedo do que é habitual noutros cidadãos.

Conheci o amigo de que vos falo, na Alemanha, numa fase de recuperação física e notava com agrado que sendo ele um alcoólico abstinente, resistia ao vício e bebia regularmente leite, sumos e água. A sua conduta era naquele quarto um exemplo de grande força de vontade e contrastava com alguns que ingeriam álcool em demasia, criando até por

vezes problemas de coabitação, nos espaços daquele hospital, mas !...

Podemos quase peremptoriamente dizer, que quase tudo o que sabe bem ao corpo e momentaneamente ao estado de espírito, faz mal à saúde. Quem não gosta de beber com moderação um pouco de vinho? Quem não gosta de comer comidas bem condimentadas e em quantidade por vezes exagerada? Quem não gosta de fumar um cigarro a seguir ao almoço, outro a seguir ao café, outro a seguir ao pequeno almoço? Enfim sempre... Quem não gosta de beber um whisky, andes de se deitar ou antes de uma boa refeição?

Todos nós constatamos que os vícios e os exageros sabem bem, principalmente quando somos novos e enquanto a saúde o permite, isto é, até começarmos a reparar que já temos sintomas de já termos agredido demasiado o nosso corpo.

Referindo-me mais em pormenor ao alcoolismo, posso afirmar que muitos alcoólicos que o são e não sabem ou preferem ignorar no seu dia-a-dia. Se perguntarmos a cada um de nós, todos sabemos beber, o álcool tomado em quantidades moderadas até faz bem e muitas outras argumentações que visam a nossa desculpabilização em relação ao consumo e todos nós afirmamos que o vinho não nos faz falta e que a qualquer altura paramos se for

necessário. A contrariar estas teorias de super-homens, que não somos escravos de nenhum vício, vem a contradição e quantos de nós não ouvimos o desagrado de tanta gente que naqueles dias não pode beber porque está a tomar antibióticos, por exemplo.

A solidariedade dos alcoólicos, existe e gostamos de beber em grupo e um encontro esporádico com outra pessoa é sempre motivo para beber alguma coisa e as nossas normas sociais condenam-nos se não celebrarmos com álcool as grandes festas, tais como casamentos, baptizados, dias de anos, encontros das nossas companhias da guerra, etc., etc.

O alcoolismo é uma doença, como outra qualquer, tem tratamento e pode ser controlada desde que os interessados o queiram e estejam mesmo interessados.

O álcool é uma muleta e consome-se quando estamos aborrecidos por qualquer razão, bebemos para as celebrações e ele é aquele "pseudo-amigo" que nos "acode" nas nossas aflições e nos "ajuda" nos momentos de bom humor também.

Vou dar continuação àquele «mas ...». O meu amigo no quarto nada bebia que lhe fizesse mal, era um exemplo para todos, mas existia uma arrecadação na cave do hospital onde nós colocamos as malas vazias e outros objectos que não nos fizessem falta no quarto. Há muito pouco tempo e já depois de o nosso camarada estar internado, que naquela cave não havia só coisas vazias, existiam também garrafas e garrações que estavam cheios e todos os dias eram visitados pelo meu amigo, que nos conseguiu iludir a todos, mas que não conseguiu esconder-se ou ludibriar-se de si mesmo.

Os alcoólicos, têm a noção que os actos praticam são condenados pela sociedade, sabem que a mesma sociedade pouca pena tem dos sofrimentos motivados pelas bebedeiras e numa atitude de cobardia escondem-

se para não serem censurados e condenados por tais actos.

Penso que é legítimo dizer que muitos agravamentos precoces da saúde têm a ver com situações em que os homens foram escravos do vício.

Caro camarada, partiste antes da tua hora, decidiste viver menos tempo, mas certamente nunca quiseste pensar que estavas a caminhar para uma cirrose que te havia de fazer muito mal, que te iria separar dos teus entes queridos que gostavam de ti e necessitavam de ti. Foi mais fácil, e eu sei que é mais fácil no momento dar prazer ao corpo e estragar a alma.

Caros camaradas quantas pessoas e algumas bem próximas de nós estão a antecipar a morte? Como cidadãos e como associados o poderemos nós fazer? E muito simples, basta convencer os nossos amigos alcoólicos que o alcoolismo é uma doença recuperável, que o próprio Hospital Militar Principal tem um serviço próprio para a recuperação dos alcoólicos que pretendem viver e reencontrar uma vida social digna e ter o encanto de se redescobrirem, depois de terem passado muito tempo despersonalizados.

Sermos solidários não é só beber com os amigos é dizermos aos nossos camaradas que são alcoólicos, que deixaram de saber beber e que para evitar a morte e o sofrimento precoce basta tratarem-se atempadamente.

O álcool homicida assassinou um amigo, quem será a próxima vítima? Não será nenhum dos que acabaram de ler estas palavras, pois a cirrose e os acidentes na guerra nunca nos aconteciam a nós, eram sempre para os outros!...

Última hora: à noite quando se velava o fétro, dizia um amigo do falecido: "foi uma pena, a ele fazia-lhe mal, a mim, felizmente que não!..." •

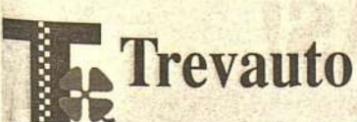
## VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA



**Alberto Pinto**  
Telf. (01) 757 04 22



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78  
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96  
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:  
PEÇAS: . . . . . 25%  
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) . . . . . TELF. 316 72 00  
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

## Núcleo de Aveiras: o "sim" à ADFA

Aprazada para o dia 20 de Novembro, a reunião de associados dos concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, promovida com o fim de lhes ser proposta a filosofia e temas, a levar a debate no IV Congresso, ultrapassou as expectativas.

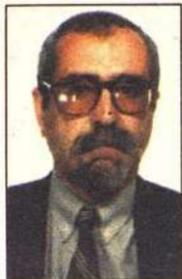
O encontro iniciou-se com um almoço, nas instalações da Casa do Povo de Aveiras de cima, com a presença de associados, familiares e amigos, em número que se aproximou das nove dezenas. Salientou-se, de entre eles e no início do convívio, a comparência do presidente da Câmara da Azambuja e de um elemento da sua vereação, que ofertaram uma recordação simbólica à ADFA, e de um representante da Junta de Freguesia da localidade, onde se sedia aquele Núcleo, o qual acompanhou toda a reunião.

Embora não se realize este ano a tradicional "noite de S. Martinho", já tão costumeira naquela área, os habituais fadistas e guitarristas fizeram questão de responder presente, a este encontro dos nossos associados, e no final da intervenção de alguns elementos da Comissão Organizadora do IV Congresso, o fado não deixou de fluir das castiças gargantas ribatejanas, ali presentes.

No momento próprio, Patuleia Mendes, Luís Noronha, Augusto Silva e Jorge Maurício, membros daquela Comissão, que ali se encontrava, intervieram num apelo à participação dos associados locais nos trabalhos e debate que se irão desenvolver, indicando voltar para um encontro mais associativo, durante o próximo mês de Janeiro.

Nas conversas havidas, foi evidente o desejo dos associados da região em participar na vida da ADFA, na ânsia colectiva da sua função solidária, acreditando que, nela, está a base da resolução dos problemas que os afligem.

Patuleia Mendes



Em  
Timor  
Loro Sae...

Nuno  
Santa Clara

**E**m Timor Loro Sae houve um referendo, maciçamente participado por um povo que jamais tinha tido uma experiência de Democracia, que bem pode servir de exemplo a outras gentes, comodamente instaladas em democracias e ao abrigo de sobressaltos.

Em Timor Loro Sae a vontade popular foi selvaticamente espezinhada e a população massacrada e deportada, numa acção cinicamente planeada despididamente executada.

Em Timor Loro Sae as famílias continuam divididas, os doentes e feridos a aguardar tratamento, os deficientes à espera de melhores dias para a sua recuperação.

Em Timor Loro Sae preparam-se sábios investimentos servindo elaboradas estratégias, enquanto o principal problema é a sobrevivência no dia-a-dia.

Em Timor Loro Sae...

Poderia ser continuada esta ladainha, se tivesse utilidade. Mas as palavras, ainda que sentidas e verdadeiras, são palavras - e Timor Loro Sae precisa de acções. Pequenas ou grandes, mediáticas ou discretas, mas acções.

A ADFA já manifestou a sua disponibilidade para desenvolver ou apoiar, com os seus meios e com a sua experiência, a recuperação de Timor. Nas nossas dimensões, mas com o nosso saber e com a nossa humanidade.

Não só pela solidariedade, mas também como homenagem a um povo que, várias vezes ocupado, soube manter a sua identidade. •



Director: António Carreiro  
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa  
Telefone: 21 757 0502 Fax: 21 757 1319  
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



## Ministério das Finanças não consultou a ADFA "Nova legislação importante"

Foi publicado o novo regime jurídico das pensões de preço de sangue e de serviços excepcionais e relevantes no passado dia 6 de Novembro (DL 466/99).

Embora a ADFA tenha contribuído, há já algum tempo, para alterar alguns aspectos desta nova lei, "a verdade é que não foi ouvida na elaboração do projecto deste diploma, que é da responsabilidade do Ministério das Finanças", disse Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional (DN). (Sobre o conteúdo do diploma, remetemos os nossos leitores para a página 13, onde se encontra suficientemente desen-volvido.)

"Globalmente, a ADFA entende que o diploma não suscita questões, reservando-se, no entanto, uma posição mais clara para depois de verificadas implicações de pormenor", salientou ainda o presidente da DN.

Adianta-se aqui que a Caixa Geral de Aposentações, no que se refere a pensões de serviços excepcionais e relevantes, irá processar automaticamente, no mês de Janeiro, as pensões que se encontram calculadas a zero, abonando-lhes o quantitativo equivalente ao salário mínimo nacional. Porém, aqueles que optaram por receber apenas uma

pensão, deverão requerer de novo o processamento da pensão que deixaram de receber.

A DN salientou que os prisioneiros de guerra viram agora a sua situação regulamentada, "pelo que devem também fazer requerimentos para dar continuidade ao processo anterior, ou para o iniciar."

Foi também publicado o novo regime de acidentes de trabalho para a função pública, que altera significativamente a estrutura indemnizatória dos acidentes ocorridos em serviço. A nova lei salvaguarda a aplicação da legislação anterior às situações anteriores, mas pode ter fortes implicações em toda a estrutura de reparação material dos deficientes militares a partir do início da sua vigência.

Este diploma obriga a um estudo profundo e demorado, a que se está a proceder, a fim de ter uma noção das consequências dele decorrentes, "reservando-se a posição da ADFA para momento oportuno", adiantou Humberto Sertório.

A DN realçou que o decreto-lei é também da responsabilidade do Ministério das Finanças, não tendo a ADFA sido ouvida para a sua produção. •

R.V.

### Actualização de moradas

Solicita-se aos associados da ADFA que procedam à actualização das moradas, não só pelo facto dos correios terem actualizado os códigos postais, mas também pelo facto de muitos associados terem mudado de morada e ficarem sem contacto algum com a Associação. A comunicação de novas moradas ou actualizações pode ser efectuada para o Serviço de Atendimento aos Sócios, na Sede Nacional e para os serviços administrativos das delegações. •

### Nota da Redacção

Devido a uma falha técnica no equipamento informático da redacção, a presente edição do ELO é distribuída com atraso de uma semana superior ao previsto.

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

### Novas habilitações para associados cegos

A ADFA iniciou um curso especial de habilitação para a informática para os associados cegos, com o apoio da Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais (APEDV), que visa proporcionar a um grupo de oito associados deficientes visuais conhecimentos na óptica do utilizador, com a ajuda técnica de sintetizadores de voz e software de leitura do ecrã "Window Bridge".

Uma vez que para os cegos da ADFA, com idades compreendidas entre os 45 e os 55 anos, não há grandes hipóteses de frequentarem cursos de formação pela via do Instituto do Emprego e Formação Profissional, tornou-se necessário o recurso ao financiamento através do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD).

Manuel Lopes Dias, associado que frequenta este curso, salienta que "a reabilitação faz-se até ao fim dos nossos dias", e lembra que essa formação "vai permitir aos formandos uma vida mais autónoma", com as novas tecnologias sendo consideradas como um meio auxiliar da visão, "sendo mesmo encaradas como uma prótese para as pessoas com este tipo de deficiência", disse.

O projecto é da responsabilidade conjunta da ADFA, da APEDV e da firma Electroservec, Lda.

A acção de formação totaliza um custo de cerca de 1600 contos e inclui no seu programa sessões sobre a filosofia do Windows, bem como sobre o Word 97, configurações do Window Bridge, e trabalhos com o An Open Book, com pormenores sobre a digitalização e leitura de documentos, entre outros conhecimentos considerados valiosos para uma vida mais autónoma.

Com um horário de 12 horas semanais e com uma duração total de 150 horas o curso está a decorrer na Sede Nacional da ADFA e com equipamento da Associação.

O associado Manuel Lopes Dias remata ainda que "este problema pode ter que ser apresentado no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), para fixar condições para que estes cidadãos possam ter acesso a um patamar que em Portugal ainda não se atingiu." •

R.V.

## TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



## ... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:  
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00  
TM: 0931 25 50 23  
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83  
TM: 0931 26 61 53

